

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

ÁFRICA SUBSARIANA

Numa trajetória estável

OUT
2025



FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

ÁFRICA SUBSARIANA

Numa trajetória estável

**OUT
2025**



Copyright ©2025 International Monetary Fund

Cataloging-in-Publication Data

IMF Library

Edição portuguesa

Departamento de Serviços Institucionais e Instalações do FMI

Divisão de serviços linguísticos, secção portuguesa

Names: International Monetary Fund, publisher.

Title: Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa : holding steady.

Other titles: Sub-Saharan Africa : holding steady. | Holding steady. | Regional economic outlook: Sub-Saharan Africa.

Description: Washington, DC : International Monetary Fund, 2025. | Oct. 2025. | Includes bibliographical references.

Identifiers:

9798229026178 (English paper)

9798229026291 (Portuguese paper)

Subjects: LCSH: Africa, Sub-Saharan—Economic conditions. | Economic forecasting—Africa, Sub-Saharan. | Economic development—Africa, Sub-Saharan. | Africa, Sub-Saharan—Economic policy.

Classification: LCC HC800.R44 2025

O relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* é publicado duas vezes ao ano, na primavera e no outono, e passa em revista a evolução económica da região. As projeções e considerações de política económica nele apresentadas são as do corpo técnico do FMI e não representam necessariamente os pontos de vista do FMI, do seu Conselho de Administração ou da sua Direção-Geral.



Errata

17 de outubro de 2025

Esta versão Web da edição de outubro de 2025 do relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* foi atualizada para refletir a seguinte alteração em relação ao ficheiro PDF publicado online a 16 de outubro de 2025:

- Os dados sobre a dívida em percentagem do PIB de Moçambique, a partir de 2022, foram atualizados no Quadro AS2.

5 de dezembro de 2025

A versão online do relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* foi atualizada para refletir as seguintes alterações à versão publicada online a 17 de outubro de 2025:

- Apêndice estatístico, Quadro AS2. Saldo orçamental global, incluindo donativos: foram corrigidos os valores referentes a 2025-2026 para o Zimbabué.

Os pedidos de publicação podem ser feitos online ou por correio:

International Monetary Fund, Publication Services

P.O. Box 92780, Washington, DC 20090, U.S.A.

T. +(1) 202.623.7430 F. +(1) 202.623.7201

publications@IMF.org

bookstore.IMF.org

elibrary.IMF.org

odas as edições de *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* podem ser consultadas em:

<https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA>

Índice

Agradecimentos	iv
Pressupostos e convenções	iv
Grupos de países	v
Resumo	vi
Numa trajetória estável	1
O crescimento permanece surpreendentemente resiliente	2
A conjuntura externa continua desafiadora	2
As vulnerabilidades macroeconómicas são significativas e os efeitos dos choques sucessivos acumulam-se	4
Foco especial nas políticas: mobilizar receitas internas e melhorar a gestão da dívida	6
Referências	10
Apêndice estatístico	12
Quadro AS1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor, média	14
Quadro AS2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública	15
Quadro AS3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos	16
Quadro AS4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas	17
 QUADROS	
África Subsariana: abreviaturas dos países	iv
África Subsariana: grupos de países	v
África Subsariana: países membros de grupos regionais	v
 FIGURAS	
Figura 1. Crescimento do PIB real, 2024–2026	2
Figura 2. África Subsariana: taxa de rendibilidade das obrigações de dívida pública	3
Figura 3. Redução da ajuda pública ao desenvolvimento, 2025	3
Figura 4. Rácio juros/receitas, 2025–2027	4
Figura 5. Exposição dos bancos à dívida pública, 2019–2024	5
Figura 6. África Subsariana: Inflação global	5
Figura 7. África Subsariana: Receitas fiscais, 2010–2026	6

Agradecimentos

A edição de outubro de 2025 do relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana - Numa trajetória estável* foi elaborada por Cleary Haines, Athene Laws, Maurizio Leonardi, Nikola Spatafora e Felix Vardy, sob a orientação de Amadou Sy, Antonio David e Montfort Mlachila.

Charlotte Vazquez foi responsável pela produção do relatório, com a assistência de Bryan Weaver.

A edição final e produção foram supervisionadas por Cheryl Toksoz e Nokuthula Nkhoma, do Departamento de Comunicação.

Pressupostos e convenções

As seguintes convenções foram utilizadas nesta publicação:

Nos quadros, a elipse (. . .) indica “dados não disponíveis” e 0 ou 0,0 indicam “zero” ou “negligenciável”. Pequenas discrepâncias entre os totais e a soma das suas componentes devem-se a arredondamentos.

O sinal (-) entre anos ou meses (por exemplo, 2011-2012 ou janeiro-junho) indica o período coberto, do primeiro ao último ano ou mês; o sinal (/) entre anos ou meses (por exemplo, 2011/2012) indica um exercício orçamental ou financeiro, assim como a abreviatura EF (por exemplo, EF 2012).

“Ponto base” significa um centésimo de 1 ponto percentual (por exemplo, 25 pontos base são equivalentes a quarto de 1 ponto percentual).

Nesta publicação, o termo “país” não se refere necessariamente a uma entidade territorial que constitui um Estado, tal como definido pelo direito e práticas internacionais. O termo também pode ser utilizado para algumas entidades territoriais que não são Estados, mas cujas estatísticas são compiladas separadamente e de forma independente.

As fronteiras, cores, denominações e outras informações apresentadas no mapa não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Fundo Monetário Internacional sobre a situação jurídica de qualquer território ou o endosso ou aceitação de tais fronteiras.

ÁFRICA SUBSARIANA: ABREVIATURAS DOS PAÍSES

AGO	Angola	ERI	Eritreia	MLI	Mali	STP	São Tomé e Príncipe
BDI	Burundi	ETH	Etiópia	MOZ	Moçambique	SWZ	Essuatíni
BEN	Benim	GAB	Gabão	MUS	Maurícias	SYC	Seicheles
BFA	Burkina Faso	GHA	Gana	MWI	Maláui	TCD	Chade
BWA	Botsuana	GIN	Guiné	NAM	Namíbia	TGO	Togo
CAF	República Centro-Africana	GMB	Gâmbia	NER	Níger	TZA	Tanzânia
CIV	Côte d'Ivoire	GNB	Guiné-Bissau	NGA	Nigéria	UGA	Uganda
CMR	Camarões	GNQ	Guiné Equatorial	RWA	Ruanda	ZAF	África do Sul
COD	República Democrática do Congo	KEN	Quénia	SEN	Senegal	ZMB	Zâmbia
COG	República do Congo	LBR	Libéria	SLE	Serra Leoa	ZWE	Zimbabuê
COM	Comores	LSO	Lesoto	SSD	Sudão do Sul		
CPV	Cabo Verde	MDG	Madagáscar				

Grupos de países

ÁFRICA SUBSARIANA: GRUPOS DE PAÍSES

Países exportadores de petróleo	Outros países ricos em recursos naturais	Países pobres em recursos naturais	Países de rendimento médio	Países de baixo rendimento	Países frágeis e afetados por conflitos ¹
Angola	África do Sul	Benim	África do Sul	Burkina Faso	Burkina Faso
Camarões	Botsuana	Burundi	Angola	Burundi	Burundi
Chade	Burkina Faso	Cabo Verde	Benim	Chade	Camarões
Gabão	Eritreia	Comores	Botsuana	Eritreia	Chade
Guiné Equatorial	Gana	Côte d'Ivoire	Cabo Verde	Etiópia	Comores
Nigéria	Guiné	Essuatíni	Camarões	Gâmbia	Eritreia
Rep. do Congo	Libéria	Etiópia	Comores	Guiné	Etiópia
Sudão do Sul	Mali	Gâmbia	Côte d'Ivoire	Guiné-Bissau	Guiné-Bissau
	Namíbia	Guiné-Bissau	Essuatíni	Libéria	Mali
	Níger	Lesoto	Gabão	Madagáscar	Moçambique
	Rep. Centro-Africana	Madagáscar	Gana	Maláui	Níger
	Rep. Dem. do Congo	Maláui	Guiné Equatorial	Mali	Nigéria
	Serra Leoa	Maurícias	Lesoto	Moçambique	Rep. Centro-Africana
	Tanzânia	Moçambique	Maurícias	Níger	Rep. Dem do Congo
	Zâmbia	Quênia	Namíbia	Rep. Centro-Africana	Rep. do Congo
	Zimbabuê	Ruanda	Nigéria	Rep. Dem. do Congo	São Tomé e Príncipe
		São Tomé e Príncipe	Quênia	Ruanda	Sudão do Sul
		Seicheles	Rep. do Congo	Serra Leoa	Zimbabuê
		Senegal	São Tomé e Príncipe	Sudão do Sul	
		Togo	Seicheles	Tanzânia	
		Uganda	Senegal	Togo	
			Zâmbia	Uganda	
				Zimbabuê	

¹ Países frágeis e afetados por conflitos com base na classificação do Banco Mundial, *Classification of Fragile and Conflict-Affected Situations*, FY2026.

ÁFRICA SUBSARIANA: PAÍSES MEMBROS DE GRUPOS REGIONAIS

União Económica e Monetária da África Ocidental	Comunidade Económica e Monetária da África Central	Mercado Comum para a África Oriental e Austral	Comunidade da África Oriental	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral	União Aduaneira da África Austral	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental ¹
(UEMOA)	(CEMAC)	(COMESA)	(*CAO-5)	(SADC)	(SACU)	(CEDEAO)
Benim	Camarões	Burundi	*Burundi	África do Sul	África do Sul	Benim
Burkina Faso	Chade	Comores	Rep. Dem. do Congo	Angola	Botsuana	Cabo Verde
Côte d'Ivoire	Gabão	Eritreia	*Quênia	Botsuana	Essuatíni	Côte d'Ivoire
Guiné-Bissau	Guiné Equatorial	Essuatíni	*Ruanda	Comores	Lesoto	Gâmbia
Mali	República	Etiópia	Somália	Essuatíni	Namíbia	Gana
Níger	Centro-Africana	Madagáscar	Sudão do Sul	Lesoto		Guiné
Senegal	República do Congo	Maláui	*Tanzânia	Madagáscar		Guiné-Bissau
Togo		Maurícias	*Uganda	Maláui		Libéria
		Quênia		Maurícias		Nigéria
		Rep. Dem. do Congo		Moçambique		Senegal
		Ruanda		Namíbia		Serra Leoa
		Seicheles		Rep. Dem. do Congo		Togo
		Uganda		Seicheles		
		Zâmbia		Tanzânia		
		Zimbabuê		Zâmbia		
				Zimbabuê		

¹ O Burkina Faso, o Mali e o Níger anunciaram a sua retirada da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) a 28 de janeiro de 2024.

Resumo

Perspetivas de crescimento resiliente. O crescimento económico da África Subsariana deverá, segundo as projeções, manter-se estável em 4,1% em 2025, registando uma ligeira aceleração em 2026, apoiada pela estabilização macroeconómica e por esforços de reformas em economias importantes. Os países ricos em recursos naturais e vários países afetados por conflitos continuam a deparar-se com fatores adversos consideráveis.

Apesar de uma conjuntura externa desafiadora. O crescimento mundial enfrenta dificuldades enquanto as perspetivas para os preços das matérias-primas permanecem heterogéneas. As condições de financiamento externo continuam restritivas, embora se tenham registado algumas melhorias desde abril, com a redução do diferencial das obrigações soberanas e a retoma dos fluxos de capitais. A política comercial internacional e o panorama mundial da ajuda ao desenvolvimento sofreram uma deterioração acentuada, embora a exposição direta seja moderada para muitos dos países da região. Ainda assim, vários países frágeis e de rendimentos mais baixos estão desproporcionadamente expostos a cortes na ajuda ao desenvolvimento, que ameaçam a prestação de serviços essenciais, enquanto outros permanecem fortemente vulneráveis às pressões comerciais. Continua a haver incertezas e os riscos continuam enviesados em sentido descendente.

As vulnerabilidades macroeconómicas são elevadas. A resiliência demonstrada até à data não pode ser dada como garantida. Na maioria da região, coexistem vulnerabilidades monetárias, financeiras, externas e orçamentais, que complicam a capacidade de resposta a choques futuros. O aumento dos custos do serviço da dívida está a reduzir os recursos disponíveis para a despesa em prol do desenvolvimento e a transição para um maior financiamento interno está a reforçar a crescente relação entre os bancos e as entidades soberanas.

Um dossiê especial sobre políticas salienta duas prioridades para reforçar a estabilidade macroeconómica e, ao mesmo tempo, financiar necessidades de desenvolvimento essenciais:

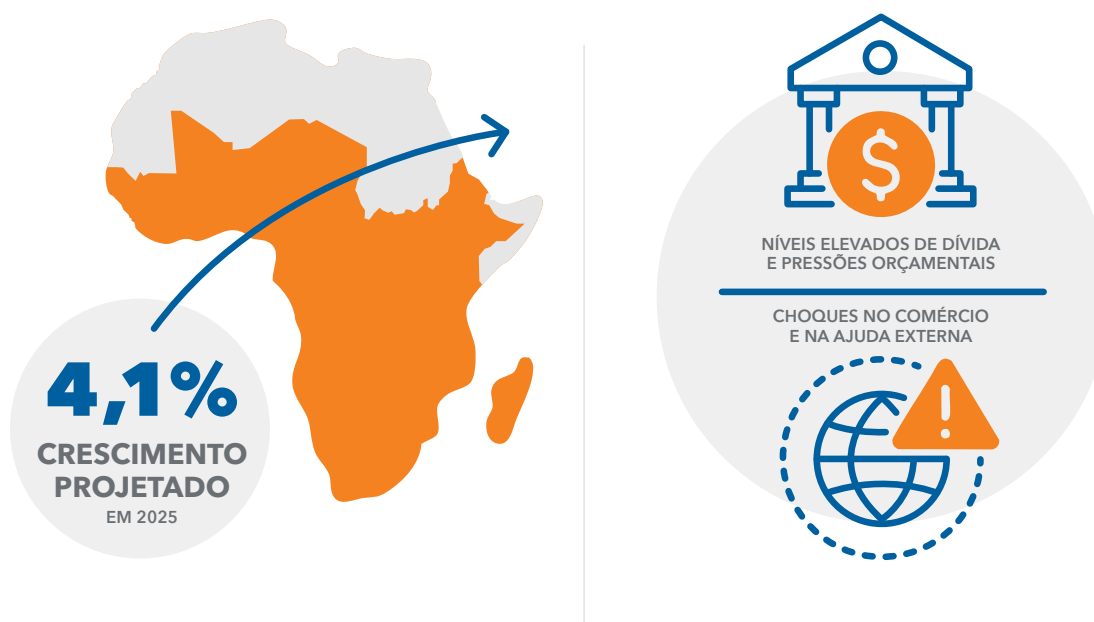
Mobilização de receitas internas. Existe margem substancial para aumentar as receitas, através da melhoria da administração tributária e de reformas de política fiscal. As principais medidas abrangem a digitalização, a adoção de estratégias de cumprimento das obrigações tributárias elaboradas em função dos riscos e a racionalização de despesas fiscais ineficazes. Para que estas medidas sejam implementadas com êxito, será necessário reforçar as capacidades técnicas, assegurar a adesão das partes interessadas, promover a confiança e avaliar cuidadosamente os impactos distributivos.

Gestão reforçada da dívida. O reforço da transparência da dívida e da gestão das finanças públicas pode reduzir os custos de financiamento, apoiar o acesso a instrumentos de financiamento inovadores e atenuar os riscos orçamentais. As medidas prioritárias a implementar incluem a publicação de dados exaustivos sobre a dívida, o reforço da supervisão orçamental e a gestão da relação entre os bancos e as entidades soberanas, através de uma regulamentação prudencial robusta.

Numa trajetória estável

As perspectivas para a África Subsaariana apontam para um crescimento resiliente, face a um ambiente externo adverso, marcado por uma evolução heterogênea dos preços das matérias-primas, condições de financiamento ainda restritivas e uma deterioração do panorama global do comércio e da ajuda internacional. O crescimento económico da África Subsaariana deverá, segundo as projeções, manter-se estável em 4,1% em 2025, registando uma ligeira aceleração em 2026, apoiada pela estabilização macroeconómica e por esforços de reformas em economias importantes. No entanto, essa resiliência não pode ser dada como garantida. Na maioria da região, coexistem vulnerabilidades monetárias, financeiras, externas e orçamentais. Continua a haver incertezas e os riscos continuam enviesados em sentido descendente. A mobilização de receitas internas e o reforço da gestão da dívida podem contribuir para consolidar a estabilidade macroeconómica, ao mesmo tempo que financiam necessidades essenciais para o desenvolvimento.

Crescimento **resiliente**, **vulnerabilidades** persistentes



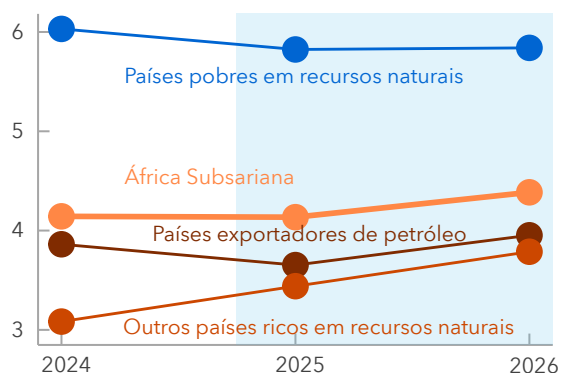
Recomendações de política



O crescimento permanece surpreendentemente resiliente

De acordo com as projeções, o crescimento da região deverá manter-se em 4,1% em 2025, igualando a taxa observada em 2024, e registar uma aceleração modesta em 2026 (Figura 1). As previsões registaram uma ligeira revisão em alta desde abril, refletindo os progressos contínuos observados na estabilização macroeconómica e nos esforços de reforma, nomeadamente na Etiópia e na Nigéria. A região deu provas de uma resiliência notável face a uma série de choques graves ocorridos nos últimos anos, e é nesta região que se encontram algumas das economias do mundo com o crescimento mais rápido, nomeadamente o Benim, a Côte d'Ivoire, a Etiópia, o Ruanda e o Uganda. No entanto, o desempenho económico mantém-se significativamente mais fraco nos [países ricos em recursos naturais](#) e em vários [Estados afetados por conflitos](#). Nessas economias, que representam a maior parte da população da região, o crescimento do rendimento *per capita* mantém-se moderado – em torno de 1% por ano, em média, sendo inferior nos países mais pobres.

Figura 1. Crescimento do PIB real, 2024-2026
(em percentagem)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

A conjuntura externa continua desafiadora

As perspetivas de crescimento mundial estão a dar sinais de tensão. Embora as perspetivas tenham melhorado modestamente desde abril de 2025, o crescimento mundial deverá abrandar 0,2 pontos percentuais no período de 2025-26, em comparação com 2024 (*World Economic Outlook*, edição de outubro de 2025, Capítulo 1). A evolução dos mercados de matérias-primas mantém-se heterogénea. Os preços do petróleo deverão continuar a baixar, uma vez que a procura mundial continua moderada, o que pesará sobre as economias exportadoras de combustíveis. Em contrapartida, os preços de outras matérias-primas importantes – incluindo o cacau, o café, o cobre e o ouro – mantêm-se significativamente acima dos níveis anteriores à pandemia, mesmo depois de terem recuado após terem alcançado recentemente valores recorde. Essa situação beneficia alguns países ricos em recursos naturais, como a Etiópia.

As condições de financiamento externo continuam restritivas, embora tenham registado melhorias desde abril de 2025. Nos últimos meses, o dólar dos Estados Unidos registou uma depreciação, as taxas de juro diretas das grandes economias parecem ter atingido o seu pico e muitos bancos centrais de mercados emergentes retomaram a flexibilização da política monetária em julho. Todos estes fatores contribuem para um ambiente mais favorável aos fluxos de financiamento. Os diferenciais das obrigações soberanas da região baixaram e voltou a haver entradas de fluxos de capitais, após vários anos de saídas líquidas.¹ Todavia, as taxas de rendibilidade das obrigações soberanas continuam elevadas (Figura 2) e a persistente volatilidade dos mercados está a restringir o acesso. Os riscos de renovação da dívida também continuam elevados, havendo pagamentos avultados devidos em 2025-26.² Além disso, persistem condições de financiamento heterogéneas na região. Os países com fundamentos macroeconómicos mais fortes e políticas mais credíveis estão a beneficiar mais da melhoria do sentimento do mercado.

¹ O Quênia emitiu 1,5 mil milhões de dólares em Eurobonds em outubro de 2025, seguido por Angola, que realizou uma emissão no montante de 1,75 mil milhões de dólares.

² Incluindo na Nigéria (2,3 mil milhões de dólares devidos em 2025) e na África do Sul (2,9 mil milhões).

Figura 2. África Subsaariana: taxa de rendibilidade das obrigações de dívida pública
(em percentagem)

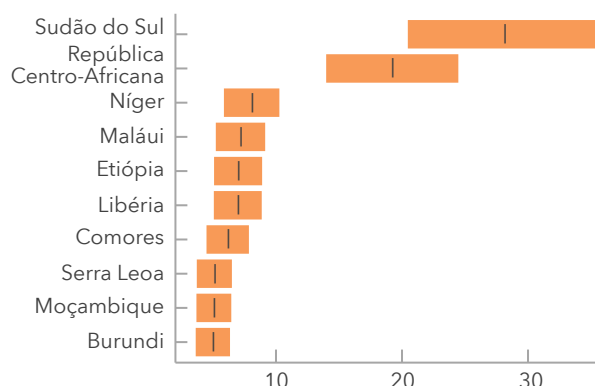


Fonte: Bloomberg, L.P.

Nota: a amostra inclui AGO, CIV, ETH, GAB, GHA, KEN, MOZ, NGA, ZAF, ZMB. Consultar as abreviaturas dos países na página iv.

Figura 3. Redução da ajuda pública ao desenvolvimento, 2025

(em percentagem das receitas públicas, 10 principais países)



Fontes: Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE); e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: reduções registadas tanto na ajuda orçamental como no apoio fora do orçamento. As barras laranjas representam o intervalo das projeções, OCDE, 2025.

A política comercial internacional e a conjuntura da ajuda ao desenvolvimento sofreram uma deterioração acentuada no último ano. As tarifas sobre as exportações para os Estados Unidos aumentaram significativamente, embora menos do que o anunciado em abril, e o acesso preferencial, ao abrigo da Lei de Crescimento e Oportunidades para África, caducou oficialmente no final de setembro. A ajuda externa à região tem vindo a diminuir consideravelmente: a ajuda bilateral, que representa quase 1,5% do rendimento da região, [deverá, segundo as projeções, baixar entre 16% e 28% em 2025](#), sendo elevada a probabilidade de cortes adicionais nos anos seguintes.

Algumas economias frágeis e de rendimentos mais baixos continuam fortemente expostas a pressões comerciais, embora, para grande parte da região, o impacto imediato seja relativamente contido. Por exemplo, no Lesoto, as exportações de têxteis para os Estados Unidos representam cerca de 10% do PIB, o que deixa o país particularmente vulnerável a perturbações nos fluxos comerciais. Madagáscar apresenta uma exposição semelhante. Contudo, uma vez que são poucos os países que exportam grandes volumes para os Estados Unidos – e visto que a energia e a maioria dos minerais estão isentas de tarifas –, o efeito direto de curto prazo no volume total de exportações deverá provavelmente permanecer abaixo de 1%. A preocupação maior é que as tensões comerciais refreiem o crescimento mundial e os preços das matérias-primas. Essa situação afetaria predominantemente os países ricos em recursos naturais, em particular os que dispõem de pouca flexibilidade nas taxas de câmbio, forçando-os a proceder a ajustamentos externos e orçamentais severos.

Os riscos decorrentes da redução dos fluxos de ajuda também são significativos em vários Estados frágeis e de rendimentos mais baixos. Embora a ajuda externa tenha diminuído gradualmente enquanto percentagem do rendimento em grande parte da região, em países como a República Centro-Africana, o Sudão do Sul e o Níger, os cortes potenciais poderão ultrapassar 10% da receita pública (Figura 3). Os programas de saúde, educação e assistência humanitária estão particularmente vulneráveis. Os governos tentaram reafetar recursos orçamentais para mitigar estas perdas, mas dispõem de margem orçamental reduzida, ou de uma capacidade técnica limitada, para reconstruir sistemas de prestação de ajuda fragmentados e geridos externamente. Esta situação aumenta a probabilidade de ocorrerem perturbações significativas nos serviços públicos essenciais, o que teria consequências humanitárias graves.

A incerteza acerca da evolução futura da conjuntura externa continua extremamente elevada. Os riscos estão enviesados em sentido descendente e incluem um potencial agravamento das tensões geopolíticas, bem como um aumento desordenado da restritividade das condições financeiras.

As vulnerabilidades macroeconómicas são significativas e os efeitos dos choques sucessivos acumulam-se

A resiliência que a região demonstrou até à data reflete, em parte, os persistentes esforços de estabilização realizados apesar das circunstâncias desafiadoras. Ao longo da última década, os quadros monetários e orçamentais foram, em muitos casos, reforçados, melhorando a estabilidade macroeconómica (*World Economic Outlook*, edição de outubro de 2025, Capítulo 2). Essa resiliência foi também apoiada por uma conjuntura externa mais favorável do que se previa em abril: o crescimento mundial manteve-se, os países exportadores de produtos não petrolíferos beneficiaram de preços de matérias-primas que continuam elevados e o impacto das tarifas foi menos grave do que se temia inicialmente.

No entanto, **essa resiliência não pode ser dada como garantida**. O impacto da elevada incerteza a nível mundial em relação à produção, aos investimentos e à produtividade **intensifica-se com o tempo**. Historicamente, a região também tem sido desproporcionadamente afetada por **choques específicos aos países e à região**, cujo impacto é **agravado ainda mais por fragilidades macroeconómicas e institucionais subjacentes**. Em suma, a incerteza e as deficiências estruturais produzem uma combinação perigosa.

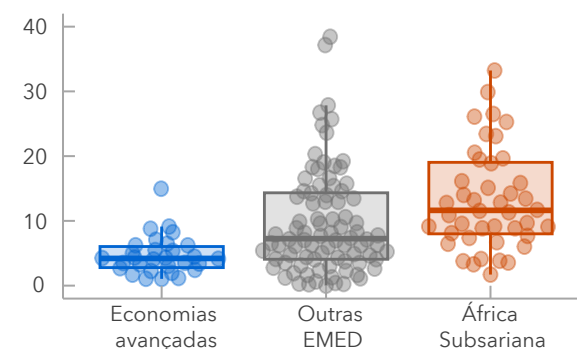
A fragilidade orçamental é uma importante vulnerabilidade para grande parte da região e especialmente para os países de rendimentos mais baixos. Os rácios médios da dívida pública estabilizaram, se bem que num nível elevado. A carga do serviço da dívida, medida pelos juros pagos em relação à receita orçamental, tem aumentado de forma constante, situando-se muito acima dos níveis observados noutras regiões e deixando pouco espaço para outras despesas prioritárias em prol do desenvolvimento, como, por exemplo, no Quênia e na Nigéria (Figura 4). Vinte países na região estão em risco elevado de sobre-endividamento ou já se encontram em situação de sobre-endividamento.

Face a elevados custos do financiamento externo e um acesso limitado aos mercados financeiros, **os governos de toda a região têm recorrido cada vez mais a financiamento interno**. Embora essa mudança possa ajudar a atenuar os choques externos e a reduzir o risco cambial, não é uma panaceia, por dois motivos:

- **O custo interno do capital continua elevado** em toda a região. Os mercados financeiros internos permanecem pouco desenvolvidos, apresentando pouca profundidade, fragmentação, fraca liquidez, custos de transação elevados e diferenciais de crédito altos. Estas deficiências estruturais aumentam os custos de financiamento para os governos e para as empresas e limitam a capacidade de absorver dívida, especialmente através de instrumentos a mais longo prazo. O problema é agravado pela instabilidade monetária e pela inflação, pela opacidade dos setores financeiros, pela falta de informação quanto ao nível de exposição à dívida, bem como pela incerteza relativa à regulamentação. Além disso, **os elevados custos de financiamento externo têm repercussões nos mercados internos**, especialmente para os empréstimos com prazos de vencimento mais longos. Em muitos países, a contração de nova dívida pública interna é significativamente mais dispendiosa do que a dívida externa. Além disso, quando os governos recorrem muito ao financiamento bancário interno, os **custos internos do capital aumentam ainda mais**, reduzindo o espaço outrora disponível para o investimento do setor privado.

Figura 4. Rácio juros/receitas, 2025-2027

(em percentagem das receitas excluindo donativos, média)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Nota: as caixas sombreadas indicam os intervalos interquartis e as linhas horizontais representam as medianas. EMED = Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento.

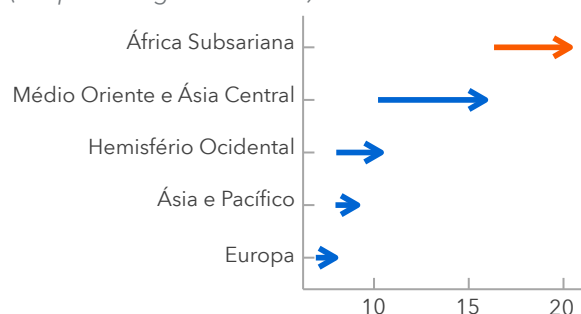
- A transição para o financiamento interno gera novos riscos** que têm de ser geridos cuidadosamente (*Relatório sobre a Estabilidade Financeira Mundial, edição de outubro de 2025, Capítulo 3*). As detenções de títulos de dívida soberana pelos bancos nacionais são avultadas e estão a aumentar mais rapidamente na África Subsaariana do que no resto do mundo (Figura 5). Esta relação entre os bancos e as entidades soberanas cria um potencial círculo vicioso: a deterioração da qualidade creditícia do Estado compromete a solidez do setor bancário, o que pode reduzir a disponibilidade já limitada de crédito privado e, conseqüentemente, afetar o crescimento económico. Esta situação pode também levar a possíveis resgates a bancos, desencadear saídas de capitais e gerar pressões no mercado cambial, fatores estes que podem, por sua vez, agravar os desafios orçamentais.

As vulnerabilidades monetárias e externas afetam também partes da região, especialmente os países de baixo rendimento. A inflação mediana abrandou (descendo de mais de 6% no final de 2023 para cerca de 4%), devido à diminuição dos preços mundiais dos produtos alimentares e energéticos e à implementação de políticas monetárias restritivas (Figura 6). Todavia, projeta-se que a inflação permaneça em dois dígitos até, pelo menos, ao final de 2025 em cerca de um quinto da região, incluindo em Angola, na Etiópia, no Gana e na Nigéria. As reservas externas também continuam sob pressão e, em muitos casos, têm de ser reconstituídas. Em cerca de um terço da região, as reservas internacionais situam-se abaixo do nível recomendado de três meses de cobertura das importações. Nos países de baixo rendimento, o nível mediano das reservas diminuiu para cerca de 2,5 meses de importações, o que reflete intervenções cambiais em apoio às moedas nacionais.

A acumulação de vulnerabilidades dificulta a resposta das autoridades aos choques. Mais de dois quintos dos países da região e mais de metade dos países de baixo rendimento deparam-se com múltiplas vulnerabilidades orçamentais, monetárias e externas.³ Estes desafios acumulados dificultam a preservação da estabilidade macroeconómica, especialmente em contextos marcados por catástrofes naturais ou instabilidade política. Por exemplo, dos países que registam uma inflação de dois dígitos, cerca de metade tem também rácios juros/receitas superiores a 20%. Esta situação gera tensões entre a política orçamental e a política monetária: o aumento das taxas de juro para combater a inflação provocaria um aumento dos encargos do Estado com juros, o que agravaria o défice orçamental e poderia aumentar as expectativas de inflação, limitando assim a capacidade dos bancos centrais de cumprirem as metas de inflação.

Figura 5. Exposição dos bancos à dívida pública, 2019-2024

(em percentagem de ativos)

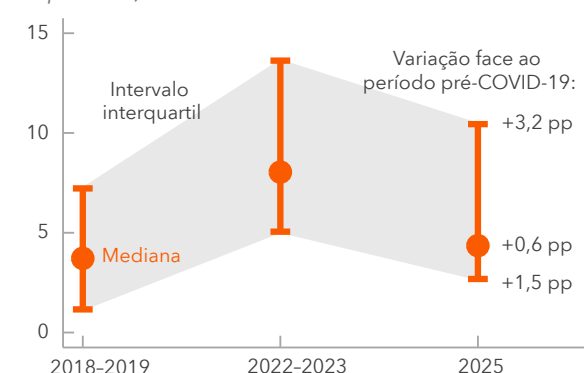


Fonte: Barrail, Dehmej e Wezel (em processo de publicação); e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: as setas ligam as médias regionais não ponderadas de dezembro de 2019 a dezembro de 2024.

Figura 6. África Subsaariana: Inflação global

(em percentagem, em termos homólogos, média do período)



Fontes: autoridades nacionais; Haver Analytics; e cálculos do corpo técnico do FMI.

³ Incluindo dois ou mais dos seguintes fatores: 1) um saldo primário abaixo do nível de estabilização da dívida; 2) um rácio juros/receitas superior a 20%; 3) inflação de dois dígitos; 4) um défice da conta corrente de dois dígitos; e 5) reservas abaixo dos três meses de importações. Um quinto da região apresenta simultaneamente três ou mais desequilíbrios.

Os atuais desafios da região salientam a necessidade urgente de salvaguardar a estabilidade macroeconómica, progredir na concretização dos objetivos de desenvolvimento e promover o apoio do público às reformas. As recomendações apresentadas em edições anteriores do relatório *Perspetivas Económicas Regionais* sobre a calibração do conjunto de políticas, a fim de conciliar diferentes prioridades, continuam pertinentes. Do ponto de vista monetário, salvaguardar e reforçar a independência dos bancos centrais é essencial para ancorar as expectativas de inflação, resistir à dominância da política orçamental e reforçar a credibilidade – especialmente face aos choques nos preços das matérias-primas, à fraca profundidade dos mercados financeiros e a pressões decorrentes dos ciclos eleitorais. Estes esforços ajudarão a reduzir os prémios de risco, a apoiar o desenvolvimento do mercado interno da dívida e a baixar os custos de financiamento. Em grande parte da região, uma orientação restritiva da política orçamental a curto prazo, apoiada por estratégias de financiamento e planeamento de contingência realistas, é essencial para colocar a dívida numa trajetória descendente sustentável. Lograr este objetivo, num contexto de cortes na ajuda externa e de custos elevados de financiamento, ao mesmo tempo que se promove o desenvolvimento e se mantém o apoio do público, é difícil, mas não impossível. É essencial melhorar a eficiência da despesa e reforçar os sistemas de proteção social. Dados os complexos desafios, será necessário um forte compromisso com as reformas e uma gestão hábil da economia política.

Foco especial nas políticas: mobilizar receitas internas e melhorar a gestão da dívida

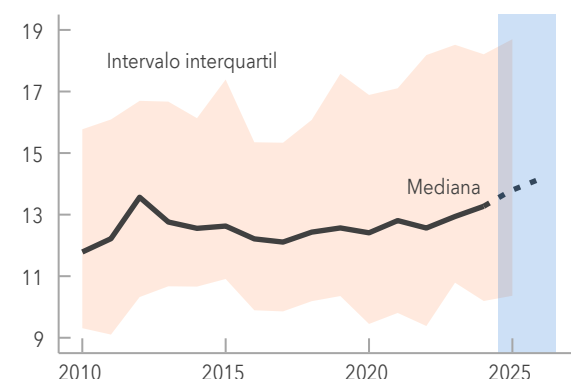
Em toda a região, **continuam a existir necessidades urgentes de despesa em prol do desenvolvimento, mas o financiamento externo continua limitado e os encargos com o serviço da dívida são elevados**. Duas políticas prioritárias destacadas aqui podem aliviar estas limitações. Em primeiro lugar, o reforço da mobilização das receitas internas pode gerar margem orçamental duradoura para financiar o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, reforçar a estabilidade macroeconómica e as capacidades do Estado (ver *Perspetivas Económicas Regionais – Recuperação interrompida, edição de abril de 2025*). Em segundo lugar, o reforço da gestão da dívida poderá melhorar o acesso ao financiamento, baixar os custos de financiamento e reduzir o risco de sobre-endividamento.

Mobilização de receitas internas: ultrapassar os desafios da implementação

Alcançar progressos significativos no que toca à mobilização de receitas internas tem-se muitas vezes revelado difícil (Figura 7). Esta dificuldade reflete, em parte, limitações estruturais, incluindo a informalidade generalizada e uma fraca capacidade de garantir o cumprimento das regras. No entanto, as autoridades podem tirar partido de uma importante “capacidade fiscal” inutilizada se os obstáculos administrativos, políticos e jurídicos forem tratados de forma coordenada.⁴ Os principais constrangimentos associados ao aumento das receitas a partir de níveis inicialmente baixos incluem a falta de capacidades técnicas, bem como desafios de governação mais amplos, como as perceções de corrupção. Para manter um melhor desempenho em termos de receitas a longo prazo, há que reforçar a transparência e melhorar o diálogo e a prestação de contas (Darkey et al., em processo de publicação). É necessária uma dupla abordagem, que inclua tanto a administração tributária como a política fiscal.

Figura 7. África Subsariana: Receitas fiscais, 2010-2026

(em percentagem do PIB)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

⁴ Isto é confirmado por [dados transnacionais](#) e por estudos de caso pormenorizados dos seguintes países, entre outros: [Etiópia](#), [Guiné-Bissau](#), [Quênia](#), [Tanzânia](#) e [Togo](#).

Administração tributária (como arrecadar melhor). Os dados transnacionais indicam que melhorar a qualidade da administração tributária gera ganhos materiais na arrecadação de receitas (Atsebi *et al.*, em processo de publicação). Episódios sustentados e abrangentes de [reformas aumentaram as receitas em cerca de dois a três pontos percentuais do PIB](#). Além disso, [as reformas da administração tributária são muitas vezes mais fáceis de concretizar, do ponto de vista da economia política](#), do que alterações às políticas fiscais. De entre as [prioridades](#), destacam-se a proteção da administração tributária contra qualquer interferência política; a criação de registos exaustivos dos contribuintes; a adoção de um sistema eletrónico como método padrão para a entrega de declarações e o pagamento de obrigações tributárias, o alargamento da digitalização para apoiar a emissão de faturas eletrónicas e a comunicação de dados em tempo real; a adoção de uma gestão do cumprimento em função dos riscos, com uma unidade de grandes contribuintes dotada dos meios necessários; bem como a utilização de dados de terceiros, aduaneiros e transfronteiriços para identificar situações de incumprimento. Alguns países, incluindo a [Nigéria](#), introduziram recentemente reformas neste sentido. O FMI oferece uma vasta assistência técnica e já publicou diversos estudos de caso sobre os países-membros que ilustram formas de superar os desafios associados à implementação de reformas:

- **Apoiar a adesão dos contribuintes.** O [Ruanda](#) promoveu a entrega de declarações por via eletrónica através da disponibilização de múltiplos canais digitais (portal, aplicação móvel, mensagens de telemóvel, assistência à entrega da declaração) e ofereceu um apoio técnico e aos contribuintes contínuo, o que resultou numa elevada taxa de adoção, maior eficiência e melhor cumprimento das obrigações tributárias. Noutros países, designadamente no Gana, foram também realizadas campanhas de sensibilização e prestado apoio técnico aos contribuintes
- **Integrar os sistemas.** O [Togo](#) começou em 2014 a integrar as suas autoridades tributária e aduaneira e a investir em serviços fiscais digitais, como a entrega de declarações por via eletrónica e o pagamento de obrigações tributárias através de serviços de dinheiro móvel e uma nova plataforma fiscal eletrónica.
- **Introduzir gradualmente as medidas e realizar projetos-piloto.** O Gana lançou, no final de 2022, um projeto-piloto de IVA eletrónico/faturação eletrónica com cerca de 50 grandes contribuintes, dando depois início a uma integração gradual de cerca de 600 grandes contribuintes e contribuintes com elevados rendimentos. No final, as receitas provenientes dos contribuintes visados aumentaram em mais de metade.
- **Dar atenção à formação e ao desenvolvimento de capacidades.** Na [Tanzânia](#), a seleção dos processos em função dos riscos foi acompanhada por uma formação do pessoal para melhorar as análises, por melhorias na gestão dos processos e por investimentos na qualidade dos dados. O rendimento tributável apurado aumentou cerca de 20%.
- **Cultivar a confiança através da transparência.** Os casos referidos anteriormente também reforçaram a transparência fiscal, nomeadamente através de relatórios sobre as despesas fiscais e de uma melhor gestão dos reembolsos (Togo). Essa transparência promove a [confiança, um fator importante para o cumprimento das obrigações tributárias](#). Os progressos realizados [em toda a África](#) no domínio da transparência fiscal e da troca de informações também geraram ganhos tangíveis nas receitas.

Política fiscal (o que tributar e quanto). A região dispõe de um vasto potencial para racionalizar “[despesas fiscais](#)” avultadas e opacas, incluindo isenções, deduções e créditos fiscais; taxas preferenciais e adiamentos que podem pôr em causa a prestação de contas e a confiança nas instituições (Schneider *et al.*, 2025). Relativamente ao IVA, os países podem simplificar as taxas e as isenções, reforçar a integridade dos reembolsos e [integrar a economia digital na esfera de ação da administração tributária](#). Os impostos especiais de consumo podem ser atualizados para regimes concebidos em função de questões de saúde e ambientais, que gerem receita e, ao mesmo tempo, melhorem o bem-estar. A [tributação predial](#) continua a ser insuficientemente utilizada. Projetos-piloto locais, como as reformas introduzidas em Freetown (Serra Leoa) a partir de 2019, aumentaram acentuadamente as receitas e melhoraram a progressividade. Relativamente à [tributação internacional](#), os esforços continuados para implementar um imposto mínimo mundial (pilar dois) deverão gerar ganhos de receitas modestos, mas positivos.

De entre as principais considerações para o êxito da implementação, contam-se as seguintes:

- **Garantir a adesão.** Efetuar consultas alargadas, manter uma comunicação transparente, proceder a uma sensibilização intensiva, enquadrar as reformas no contexto local (“os serviços municipais são financiados pelos vossos impostos”) e decidir cuidadosamente a sequência das reformas, com êxitos visíveis no início do processo, são estratégias eficazes que permitem [aumentar a probabilidade de êxito das reformas](#). Um sistema fiscal reconhecido como justo e compreensível permite reduzir o incumprimento (Baer *et al.*, em processo de publicação).
- **Fomentar a confiança** de que as autoridades tributárias irão salvaguardar os recursos e assegurar uma gestão eficiente das despesas. Este fator é importante para que as pessoas paguem voluntariamente impostos.
- **Realizar avaliações do impacto e elaborar planos de transição.** Por exemplo, na **Zâmbia**, a proposta de substituir o IVA por um imposto sobre vendas não reembolsável, entre 2018 e 2019, foi abandonada devido a atrasos, resistência e preocupações relacionadas com a competitividade e a preparação.
- **Realizar análises sobre a distribuição** para avaliar os efeitos nas populações vulneráveis e conceber medidas de compensação direcionadas. No **Uganda**, o imposto sobre as transações efetuadas com dinheiro móvel, introduzido em 2018, foi revisto após fortes críticas relacionadas com os efeitos negativos da medida fiscal nos contribuintes com baixos rendimentos, nas populações rurais e na inclusão financeira. Ainda assim, uma análise mais aprofundada dos impactos distributivos e da eficiência deste imposto poderá revelar-se útil.

Melhorar a gestão da dívida para reduzir os custos de financiamento e apoiar o crescimento

Em algumas partes da região, a realização de reformas destinadas a **melhorar a transparência da dívida** e a restabelecer a confiança nas instituições responsáveis pela gestão da dívida poderia aumentar substancialmente a confiança dos investidores e [reduzir os custos de financiamento](#). Uma maior transparência da dívida também aumenta a probabilidade de que os empréstimos contraídos sejam direcionados para investimentos produtivos que apoiem o crescimento e as exportações, contribui para [mitigar os riscos associados à sustentabilidade da dívida](#) e é essencial para os esforços presentes e futuros de reestruturação da dívida. A importância destas medidas está a aumentar, a par da crescente utilização de instrumentos de financiamento alternativos, incluindo obrigações emitidas por subscrição particular e empréstimos garantidos, que tornam as carteiras de dívida soberana mais complexas.

De entre as medidas prioritárias que devem ser adotadas destacam-se a **publicação de estatísticas atempadas e exaustivas sobre a dívida**, em conformidade com as normas internacionais, que abrangem as empresas públicas, as garantias e a dívida garantida; a implementação de uma **comunicação eficaz e transparente** com os investidores e o público; e a **institucionalização da aprovação prévia e do registo centralizado de todos os empréstimos públicos**. Os progressos nestes domínios vão requerer o desenvolvimento de capacidades técnicas específicas, juntamente com reformas institucionais e de governação (Aslan *et al.*, em processo de publicação). A experiência de países como o **Benim** demonstra que é possível fazer progressos significativos.

Estas medidas devem ser sustentadas por **quadros de gestão das finanças públicas mais robustos**. As medidas prioritárias devem incluir a modernização dos sistemas de dados e da gestão de tesouraria; a implementação de controlos sobre os compromissos de despesas para evitar situações de mora; a consideração explícita dos riscos relacionados com as empresas públicas, incluindo os passivos contingentes e as atividades quase-orçamentais; a publicação regular de estratégias de gestão da dívida a médio prazo e de relatórios sobre riscos orçamentais; bem como o reforço das funções de auditoria interna e externa, e da supervisão parlamentar.

Os riscos decorrentes da relação entre os bancos e as entidades soberanas podem ser mitigados através da melhoria do tratamento prudencial das exposições à dívida soberana, de testes de esforço para aferir o risco soberano dos bancos, da criação de quadros de recapitalização credíveis e – mais globalmente – da eliminação dos entraves ao aprofundamento dos mercados da dívida soberana em moeda nacional e do alargamento da base de investidores para além dos bancos nacionais.

As reformas da gestão da dívida também podem apoiar **mecanismos de financiamento inovadores**. O **financiamento misto** – a combinação de financiamento em condições concessionais, como donativos, empréstimos concessionais ou garantias, com capital comercial – pode ajudar a reduzir o risco do investimento privado em setores como a energia verde, as infraestruturas digitais e a saúde (por exemplo, [as energias renováveis na Tanzânia](#), [a agricultura no Senegal](#), [as infraestruturas em Moçambique](#), [a saúde na Nigéria](#) e [o microfinanciamento na Etiópia](#)). No entanto, os fluxos de financiamento misto totais para a África Subsariana continuam baixos ([cerca de 6 mil milhões de dólares dos Estados Unidos por ano](#)). Do mesmo modo, a [conversão da dívida em programas de financiamento do desenvolvimento](#), nos casos em que tal seja adequado, pode aumentar o investimento em prol do desenvolvimento social, da adaptação às alterações climáticas e da biodiversidade. Exemplos disso são a [conversão de dívida em programas de educação na Côte d'Ivoire](#), em 2024, e a [conversão de dívida em medidas de proteção ambiental no Gabão](#), em 2023. Ainda assim, a conversão de dívida continua a ser rara e de dimensão comparativamente reduzida (ficando normalmente abaixo dos mil milhões de dólares por ano a nível mundial). Para [intensificar estes fluxos](#), são necessários quadros regulamentares e de políticas credíveis, uma maior transparência dos dados e da dívida, uma gestão mais eficiente das finanças públicas e, no caso das conversões da dívida, processos mais simples e menos dispendiosos.

Referências

- Adan, Hassan, Jean-Marc B. Atsebi, Nikolay Gueorguiev, Jiro Honda, and Manabu Nose. 2023. "Quantifying the Revenue Yields from Tax Administration Reforms". IMF Working Paper 23/231, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Alter, Adrian, Khushboo Khandelwal, Thibault Lemaire, Hamza Mighri, Can Sever, and Luc Tucker. 2025. "Navigating the Evolving Landscape of External Financing in Sub-Saharan Africa". IMF Working Paper 25/139, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Aslan, Cigdem, Yasemin Hurcan, Alessandro Scipioni, and others. Forthcoming. "How to Develop a Debt Data Governance Framework for Enhanced Debt Transparency". IMF How-To Note, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Atsebi, Jean-Marc, Nikolay Gueorguiev, and Manabu Nose. Forthcoming. "Enhancing Tax Capacity: Revenue Gains from Strengthening Tax Administration". IMF Working Paper, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Baer, Katherine, Patricio Barra, and Juan Carlos Benitez. Forthcoming. "Closing the Gap: How Tax Administration Performance Shapes Compliance". IMF Working Paper, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Barrail, Zulma, Salim Dehmej, and Torsten Wezel. Forthcoming. "The Sovereign-Bank Nexus in Emerging Markets and Developing Economies: Trends, Determinants, and Macroeconomic Implications". IMF Working Paper, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Benitez, Juan Carlos, Mario Mansour, Miguel Pecho, and Charles Vellutini. 2023. "Building Tax Capacity in Developing Countries". IMF Staff Discussion Note 23/6, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Bouzouita, Nour. 2025. "Domestic Revenue Mobilization in Guinea-Bissau". IMF Selected Issues Paper 25/168, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Perrine Toledano, Ana M. Camelo Vega and Tucker Wilke. 2025. "From Promise to Performance: Reforming Blended Finance for Scale". New York: Columbia Center on Sustainable Investment (CCSI), June 2025.
- Cerutti, Eugenio, and Stijn Claessens. 2024. "The Global Financial Cycle: Quantities versus Prices". IMF Working Paper 24/158, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Chen, Wenjie, Michele Fornino, Vidhi Maheshwari, Hamza Mighri, Annalaura Maria Sacco, and Can Sever. 2025. "Pushed to the Brink: Fragility and Conflict in Sub-Saharan Africa". IMF Note 2025/002, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Comelli, Fabio, Peter Kovacs, Jimena Jesus Montoya Villavicencio, Arthur Sode, Antonio David, and Luc Eyraud. 2023. "Navigating Fiscal Challenges in Sub-Saharan Africa". IMF Departmental Paper 23/7, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Darkey, Elorm, Christian Ebeke, Anh Nguyen, and Oral Williams. Forthcoming. "Domestic Revenue Mobilization Across Countries: One Size Does Not Fit All". IMF Working Paper, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Ebrahim, Amina, Elineema Kisanga, Ezekiel Swema, and others. 2025. "The Effects of a Risk-Based Approach to Tax Examinations: Evidence from a Tax Pilot Programme in Tanzania". *International Tax and Public Finance* 32: 851-871.
- Ebrahim, Amina, Sebastián Castillo, Vincent Leyaro, and others. 2024. "Estimating the Value-Added Tax Gap in Tanzania". WIDER Working Paper 24/66.
- Grote, Martin, and Jean-François Wen. 2024. "How to Design and Implement Property Tax Reforms". IMF How-To Note 24/6, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Hegab, Gabriel. 2025. "Ethiopia's Tax System". IMF Selected Issues Paper 25/108, International Monetary Fund, Washington, DC.
- International Monetary Fund (IMF). 2023. "International Corporate Tax Reform". IMF Policy Paper 23/1.
- International Monetary Fund (IMF). 2024. "G-20 Note on Alternative Options for Revenue Mobilization".

- International Monetary Fund (IMF). 2025. "G-20 Background Note on Macroeconomic Vulnerabilities in Africa: Key Issues and Policy Lessons".
- International Monetary Fund and World Bank. 2024. "Stepping Up Domestic Resource Mobilization: A New Joint Initiative from the IMF and WB". Washington, DC.
- International Monetary Fund and World Bank. 2024b. "Debt for Development Swaps: An Approach Framework".
- Kang'oro, D., F. Ngerero, and I. Odongo. 2023. "Using Digital Technologies to Improve Tax Collection – the Case of Togo". African Tax Administration Paper 31.
- Kenya Revenue Authority. 2025. "VAT Gap Analysis and Kenya's Experience".
- Krogh, Mathias, and Giovanni Pellegrino. 2024. "Real Activity and Uncertainty Shocks: The Long and the Short of It". Marco Fanno Working Paper 310.
- Li, Grace. 2024. "Togo: Tax Revenue Mobilization". IMF Selected Issues Paper 24/300, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Metz, Theo. 2025. "New Fiscal Transparency Index and Public Debt Borrowing Costs". Mimeo.
- Njenga, Githinji, Josphat Machagua, and Samuel Gachanja. 2025. "Accelerating Capital Markets Development in Sub-Saharan Africa". In: Ngugi, Rose, and Kunal Sen (eds), "The Domestic Savings Shortfall in Sub-Saharan Africa: What Can Be Done About It?".
- Nose, Manabu, and Jeta Menkulasi. 2025. "Fiscal Determinants of Domestic Sovereign Bond Yields in Emerging Market and Developing Economies". IMF Working Paper 25/59, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Organisation for Economic Co-operation and Development. 2024a. "Tax Transparency in Africa 2024: Africa Initiative Progress Report".
- Organisation for Economic Co-operation and Development. 2024b. "Revenue Statistics in Africa 2024". Chapter 3, "Facilitation and Trust as Drivers of Voluntary Tax Compliance in Selected African Tax Administrations".
- The Organisation for Economic Co-operation and Development Projections for 2025 and the Near Term". OECD Policy Briefs, No. 26, OECD Publishing, Paris.
- Santoro, Fabrizio, Adrienne Lees, Marco Carreras, and others. 2023. "Technology and Tax: Adoption and Impacts of E-services in Rwanda". ICTD Working Paper 153.
- Schneider, Todd, Sandhya Rajyam Garimella, Li Liu, Simon Naitram, Can Sever, Felix F. Simione, Irena Jankulov Suljagic, Qianqian Zhang. 2025. "Tax Expenditures in Sub-Saharan Africa". IMF Departmental Paper 2025/006, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Spadavecchia, Lorenzo, Adam Mugume, and Jimmy Apaa. 2025. "Mobile Money Tax: Financial Inclusion Versus Financial Development". International Growth Center.
- Tagem, Abrams Mbu Enow, and Oliver Morrissey. 2023. "Institutions and Tax Capacity in Sub-Saharan Africa". *Journal of Institutional Economics*.
- van den Boogaard, V. 2025. "Tax Reform Coalitions for Urban Development: The Politics of Property Tax Reform in Sierra Leone". *Environment and Urbanization* 37:1.
- Wan, Xihong, Min Guo, Ping Jiang, and others. 2025. "Government Accounting Reform, Fiscal Transparency, and Local Government Debts: Evidence from China". *Pacific-Basin Finance Journal* 91.
- World Bank. 2025. "Radical Debt Transparency". World Bank Group, Washington, DC.
- Yamou, Telma, Alun Thomas, and Kaihao Cai. 2024. "Citizens' Perception of Tax Authorities and Tax Efficiency in Africa". IMF Working Paper 24/234, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Yaya, Aminou. 2024. "Productive Capacities, Economic Vulnerability and Growth Volatility in Sub-Saharan Africa". IMF Working Paper 24/169, International Monetary Fund, Washington, DC.

Apêndice estatístico

Salvo indicação em contrário, os dados e as projeções utilizados neste relatório sobre as *Perspetivas Económicas Regionais* têm como base as estimativas do corpo técnico do FMI até 1 de outubro de 2025 e correspondem às projeções subjacentes à edição de outubro de 2025 do *World Economic Outlook* (WEO).

Os dados e as projeções abrangem 45 países da África Subsariana servidos pelo Departamento de África do FMI. As definições dos dados seguem, na medida do possível, as metodologias estatísticas internacionalmente reconhecidas. Nalguns casos, porém, a ausência de dados limita as comparações internacionais.

Grupos de países

- Os países são agregados em três grupos (sem sobreposição): países exportadores de petróleo, outros países ricos em recursos naturais e países pobres em recursos naturais (ver na página v o quadro com os grupos de países).
- Os países exportadores de petróleo são os países cujas exportações líquidas de petróleo representam no mínimo 30% das exportações totais.
- Os outros países ricos em recursos naturais são aqueles em que os recursos naturais não renováveis representam no mínimo 25% das exportações totais.
- Os países pobres em recursos naturais são aqueles que não pertencem nem ao grupo dos países exportadores de petróleo nem ao grupo de outros países ricos em recursos naturais.
- Os países são também agregados em quatro grupos (com alguma sobreposição): países exportadores de petróleo, países de rendimento médio, países de baixo rendimento e países frágeis e afetados por conflitos (ver na página v o quadro com os grupos de países).
- A composição desses grupos reflete os dados mais recentes sobre o rendimento nacional bruto *per capita* (média sobre três anos) e a classificação dos países frágeis e afetados por conflitos publicada pelo Banco Mundial.
- Os países de rendimento médio são aqueles com rendimento nacional bruto *per capita* superior a 1135 dólares no período 2021–2024 (Banco Mundial, utilizando o método Atlas).
- Os países de baixo rendimento são aqueles com rendimento nacional bruto *per capita* igual ou inferior a 1135 dólares no período 2021–2024 (Banco Mundial, método Atlas).
- Os países frágeis e afetados por conflitos são classificados com base na lista publicada pelo Banco Mundial para o exercício de 2026.
- O quadro na página vi mostra os países da África Subsariana que participam nos grandes órgãos de cooperação regionais, designadamente: a zona do franco CFA, que compreende a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); a Comunidade da África Oriental (CAO-5); a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); e a União Aduaneira da África Austral (SACU). Os dados agregados da CAO-5 incluem o Burundi e o Ruanda, que passaram a integrar o grupo em 2007.

Métodos de agregação

- Nos quadros AS1 e AS3, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente ao crescimento do PIB real e à moeda em sentido lato são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra (PPC) e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados do *World Economic Outlook* (WEO).
- No quadro AS1, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente aos preços no consumidor são calculadas como a média geométrica dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela PPC e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados do WEO.
- Nos quadros AS2–AS4, as cifras compósitas dos grupos de países, à exceção da moeda em sentido lato, são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB em dólares dos Estados Unidos às taxas de câmbio de mercado, e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países.

Lista de fontes e notas de rodapé dos quadros AS1-AS4 do apêndice estatístico

Quadros AS1

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, outubro de 2025.

¹ Os dados e as projeções para 2020-2026 foram excluídos da base de dados devido a restrições na comunicação de dados.

² As autoridades do Zimbabué redenominaram recentemente as estatísticas das suas contas nacionais na sequência da introdução, a 5 de abril de 2024, de uma nova moeda nacional, o “ouro do Zimbabué”, que veio substituir o dólar do Zimbabué. A utilização do dólar do Zimbabué cessou a 30 de abril de 2024.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AS2

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, outubro de 2025.

¹ Os dados e as projeções para 2020-2026 foram excluídos da base de dados devido a restrições na comunicação de dados.

² O montante total da dívida reportado refere-se ao setor público e é preliminar, estando sujeito a revisão oficial por parte das autoridades.

³ Para a Zâmbia, as projeções da dívida pública para 2025-2026 são omitidas devido à reestruturação em curso da dívida.

⁴ As autoridades do Zimbabué redenominaram recentemente as estatísticas das suas contas nacionais na sequência da introdução, a 5 de abril de 2024, de uma nova moeda nacional, o “ouro do Zimbabué”, que veio substituir o dólar do Zimbabué. A utilização do dólar do Zimbabué cessou a 30 de abril de 2024.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadros AS3

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, outubro de 2025.

¹ Os dados e as projeções para 2020-2026 foram excluídos da base de dados devido a restrições na comunicação de dados.

² Os dados históricos (2019-2024) são provisórios, refletindo revisões das estatísticas oficiais do setor externo e ajustes do corpo técnico do FMI.

³ As autoridades do Zimbabué redenominaram recentemente as estatísticas das suas contas nacionais na sequência da introdução, a 5 de abril de 2024, de uma nova moeda nacional, o “ouro do Zimbabué”, que veio substituir o dólar do Zimbabué. A utilização do dólar do Zimbabué cessou a 30 de abril de 2024.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AS4

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, outubro de 2025.

¹ Enquanto membro da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da UEMOA.

² Enquanto membro da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da CEMAC.

³ Os dados e as projeções para 2020-2026 foram excluídos da base de dados devido a restrições na comunicação de dados.

⁴ Para a Zâmbia, as projeções da dívida externa para 2025-2026 são omitidas devido à reestruturação em curso da dívida.

⁵ As autoridades do Zimbabué redenominaram recentemente as estatísticas das suas contas nacionais na sequência da introdução, a 5 de abril de 2024, de uma nova moeda nacional, o “ouro do Zimbabué”, que veio substituir o dólar do Zimbabué. A utilização do dólar do Zimbabué cessou a 30 de abril de 2024.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AS1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor

	PIB Real (variação percentual anual)								Preços no consumidor, média anual (variação percentual anual)							
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
África do Sul	1,6	-6,2	4,9	2,1	0,8	0,5	1,1	1,2	5,3	3,3	4,6	6,9	5,9	4,4	3,4	3,7
Angola	2,2	-4,0	2,1	4,2	1,3	4,4	2,1	2,1	16,3	22,3	25,8	21,4	13,6	28,2	21,6	16,3
Benim	5,1	3,8	7,2	6,3	6,4	7,5	7,0	6,7	1,2	3,0	1,7	1,4	2,7	1,2	2,1	2,0
Botsuana	4,1	-8,7	11,9	5,5	3,2	-3,0	-0,9	2,3	4,6	1,9	6,7	12,2	5,1	2,8	3,4	4,7
Burkina Faso	5,8	2,0	6,9	1,6	3,0	4,8	4,0	4,8	1,0	1,9	3,9	13,8	0,9	4,2	1,3	2,4
Burundi	1,9	0,3	3,1	1,8	2,7	3,5	4,4	4,1	7,0	7,5	8,4	18,9	27,1	20,2	37,3	26,3
Cabo Verde	3,0	-20,8	7,0	15,8	4,8	7,2	5,2	4,8	1,1	0,6	1,9	7,9	3,7	1,0	1,5	2,0
Camarões	4,4	0,5	3,0	3,7	3,2	3,5	3,8	4,1	1,9	2,5	2,3	6,3	7,4	4,5	3,7	3,3
Chade	3,0	0,0	2,0	4,7	5,0	3,5	3,3	3,6	1,1	4,5	-0,8	5,8	2,3	5,1	4,0	3,6
Comores	3,1	-0,2	2,0	2,6	3,0	3,3	3,8	4,0	1,8	0,8	-0,0	12,4	8,5	5,0	3,3	1,9
Côte d'Ivoire	6,6	0,7	7,1	6,4	6,5	6,0	6,4	6,4	1,5	2,3	4,2	5,2	4,4	3,4	1,0	1,5
Eritreia ¹	4,6	2,6
Essuatíni	3,1	-2,9	3,4	1,1	3,4	2,8	4,3	4,6	5,9	3,9	3,7	4,8	4,9	4,0	3,5	4,0
Etiópia	9,5	6,1	6,3	6,4	7,2	8,1	7,2	7,1	14,4	20,4	26,8	33,9	30,2	21,0	13,0	9,4
Gabão	3,7	-1,8	1,5	3,0	2,4	3,4	1,9	2,6	2,3	1,7	1,1	4,3	3,6	1,2	1,4	2,5
Gâmbia	2,5	0,6	5,3	5,5	5,0	5,3	6,0	5,1	6,3	5,9	7,4	11,5	17,0	11,6	7,5	4,9
Gana	6,5	0,5	5,1	3,8	3,1	5,7	4,0	4,8	11,8	9,9	10,0	31,9	39,2	22,9	16,6	9,9
Guiné	6,2	4,7	5,6	4,0	6,2	6,1	7,2	10,5	11,4	10,6	12,6	10,5	5,4	4,7	3,1	3,0
Guiné-Bissau	3,9	1,5	6,2	4,6	5,2	4,8	5,1	5,0	1,3	1,5	3,3	7,9	7,2	3,7	2,0	2,0
Guiné Equatorial	-2,7	-4,8	0,9	3,2	-5,1	0,9	-1,6	0,5	2,5	4,8	-0,1	4,9	2,4	3,4	2,9	2,9
Lesoto	1,3	-5,3	1,9	2,0	2,1	2,2	1,4	1,1	5,1	5,4	6,5	8,2	6,5	5,2	4,5	4,8
Libéria	2,8	-3,0	5,0	4,8	4,6	4,0	4,6	5,4	12,5	17,0	7,8	7,6	10,1	8,2	9,8	7,7
Madagáscar	3,2	-7,1	4,7	4,2	4,2	4,2	3,8	4,3	7,0	4,2	5,8	8,2	9,9	7,6	8,4	7,2
Maláui	4,1	1,0	4,6	0,9	1,9	1,8	2,4	2,7	17,2	8,6	9,3	20,8	28,8	32,2	28,2	24,1
Mali	4,3	-1,2	3,1	3,5	4,7	4,7	5,0	5,4	1,1	0,5	3,8	9,7	2,1	3,2	3,5	2,0
Maurícias	3,7	-14,5	3,4	8,7	5,0	4,9	3,2	3,4	3,0	2,5	4,0	10,8	7,0	3,6	3,9	3,6
Moçambique	5,5	-1,2	2,4	4,4	5,5	2,1	2,5	3,5	7,5	0,9	6,6	10,4	7,0	3,2	4,9	5,4
Namíbia	2,8	-8,1	3,6	5,4	4,4	3,7	3,6	3,8	5,2	2,2	3,6	6,1	5,9	4,2	3,7	3,6
Níger	5,9	3,5	1,4	11,9	2,4	10,3	6,6	6,7	0,7	2,9	3,8	4,2	3,7	9,1	4,2	3,2
Nigéria	3,0	-6,4	1,1	4,3	3,3	4,1	3,9	4,2	11,6	13,2	17,0	18,8	24,7	31,4	23,0	22,0
Quênia	4,7	-0,3	7,6	4,9	5,7	4,7	4,8	4,9	7,4	5,3	6,1	7,6	7,7	4,5	4,0	5,2
República Centro-Africana	-0,7	1,0	-0,3	0,8	-0,1	1,9	3,0	3,3	4,9	0,9	4,3	5,6	3,0	1,5	4,6	3,3
República Democrática do Congo	5,9	1,7	1,7	9,2	8,5	6,5	5,3	5,3	10,2	11,4	9,0	9,3	19,9	17,7	8,8	7,1
República do Congo	0,3	-6,3	1,1	1,8	2,0	2,1	2,7	2,8	2,3	1,4	2,0	3,0	4,3	3,1	3,6	3,2
Ruanda	7,1	-3,4	10,9	8,2	8,3	8,9	7,1	7,5	3,9	7,7	0,8	13,9	14,0	4,8	7,0	4,7
São Tomé e Príncipe	3,6	2,6	1,9	0,2	0,4	1,1	2,9	4,7	8,1	9,8	8,1	18,0	21,2	14,4	9,7	7,0
Seicheles	6,6	-11,7	0,6	12,7	2,3	2,9	3,9	3,2	3,0	1,0	10,0	2,6	-0,9	0,3	0,4	1,1
Senegal	5,0	1,3	6,5	4,0	4,3	6,4	6,0	3,0	1,0	2,5	2,2	9,7	5,9	0,8	2,0	2,0
Serra Leoa	4,1	-1,3	5,9	5,3	5,7	4,4	4,4	4,9	10,0	13,4	11,9	27,2	47,7	28,4	9,4	10,5
Sudão do Sul	-5,3	-6,5	5,3	-5,2	3,0	-26,1	24,3	22,4	98,6	24,0	30,2	-3,2	39,7	99,8	97,5	15,8
Tanzânia	6,7	4,5	4,8	4,7	5,1	5,5	6,0	6,3	7,3	3,3	3,7	4,4	3,8	3,1	3,3	3,5
Togo	5,4	2,0	6,0	5,8	5,6	5,3	5,2	5,5	1,4	1,8	4,5	7,6	5,3	2,9	2,4	4,5
Uganda	5,3	-1,1	5,5	6,2	4,9	6,3	6,4	7,6	6,8	2,8	2,2	7,2	5,4	3,3	3,8	4,3
Zâmbia	4,3	-2,8	6,2	5,2	5,4	4,0	5,8	6,4	9,0	15,7	22,0	11,0	10,9	15,0	14,2	9,2
Zimbabué ²	4,6	-7,8	8,5	6,1	5,3	1,7	6,0	4,6	30,2	557,2	98,5	193,4	667,4	736,1	89,0	18,2
África Subsaariana	3,7	-3,1	3,8	4,4	3,7	4,1	4,1	4,4	8,7	12,4	12,4	16,1	19,4	20,3	13,1	10,9
Mediana	4,4	-1,2	4,7	4,5	4,4	4,1	4,4	4,7	4,6	3,6	4,5	8,2	6,8	4,5	3,9	4,1
Excl. África do Sul e Nigéria	5,0	-0,1	5,1	5,1	4,7	5,1	5,0	5,2	8,1	14,8	12,1	17,3	20,4	18,8	10,4	7,0
Países ricos em recursos naturais	3,1	-4,3	3,0	4,0	3,0	3,5	3,6	3,9	9,2	14,0	13,2	16,8	21,7	24,4	15,4	12,7
Países exportadores de petróleo	2,8	-5,5	1,4	4,1	2,9	3,9	3,7	4,0	11,1	13,1	16,1	17,3	20,7	27,5	20,6	18,8
Excl. a Nigéria	2,3	-2,8	2,2	3,7	1,9	3,3	2,8	3,1	9,8	12,8	13,8	13,1	10,1	17,0	13,7	9,9
Outros países ricos em recursos naturais	3,5	-2,7	5,0	3,9	3,1	3,1	3,4	3,8	6,8	15,0	9,9	16,3	23,0	20,8	9,4	5,7
Excl. a África do Sul	5,6	0,2	5,1	5,4	4,9	4,9	5,1	5,6	8,5	25,8	14,4	24,3	37,8	34,4	13,8	7,0
Países pobres em recursos naturais	6,0	0,8	6,4	5,6	5,9	6,0	5,8	5,8	7,1	7,7	9,6	13,9	12,7	8,6	6,6	5,9
Países de rendimento médio	3,1	-4,6	3,4	4,0	3,0	3,6	3,4	3,7	8,7	9,3	11,5	14,0	15,7	17,7	13,3	12,3
Países de baixo rendimento	6,1	1,5	5,1	5,7	5,8	5,7	6,0	6,3	8,8	22,5	15,0	22,3	30,6	27,7	12,4	7,2
Países frágeis e afetados por conflitos	3,9	-3,6	2,4	4,8	4,2	4,6	4,6	4,8	10,5	18,9	17,6	22,1	30,4	33,6	19,8	16,2
Zona do franco CFA	4,4	0,4	4,5	4,8	4,1	5,1	4,8	4,8	1,5	2,4	2,7	6,4	4,3	3,5	2,4	2,5
CEMAC	2,5	-1,1	2,1	3,4	2,4	3,0	2,8	3,3	2,0	2,7	1,4	5,3	5,1	3,8	3,3	3,2
UEMOA	5,7	1,3	6,0	5,6	5,1	6,3	5,9	5,6	1,2	2,2	3,5	7,0	3,8	3,3	1,9	2,1
COMESA (membros da África Subsaariana)	5,9	0,1	6,0	6,0	6,1	5,7	5,8	5,9	9,8	26,6	17,6	24,8	35,2	31,0	13,7	8,2
CAO-5	5,5	0,9	6,4	5,2	5,5	5,5	5,6	6,0	7,1	4,3	4,3	7,0	6,7	4,1	4,4	4,8
CEDEAO	3,8	-4,1	2,6	4,6	3,8	4,7	4,4	4,7	9,7	10,7	13,4	17,3	21,0	23,6	17,1	15,8
SACU	1,8	-6,3	5,1	2,3	1,1	0,5	1,2	1,3	5,2	3,2	4,6	7,1	5,9	4,3	3,4	3,7
SADC	2,8	-4,1	4,4	3,9	2,8	2,6	2,9	3,0	8,1	16,8	12,3	15,6	20,7	22,4	11,1	7,3

Ver fontes na página 13.

Quadro AE2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública

	Saldo orçamental global, incl. donativos (em % do PIB)								Dívida pública (em % do PIB)							
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
África do Sul	-4,1	-9,6	-5,5	-4,2	-5,5	-5,8	-6,0	-5,6	44,9	68,9	68,8	70,7	73,2	76,0	77,3	79,5
Angola	-0,4	-1,7	3,4	0,6	-1,8	-1,0	-2,8	-3,0	52,9	119,1	74,3	56,1	72,4	59,9	62,4	63,2
Benim	-2,4	-4,7	-5,7	-5,6	-4,1	-3,1	-2,9	-2,9	30,0	46,1	50,3	54,2	54,9	53,4	50,7	49,6
Botsuana	-0,9	-10,9	-2,3	-0,0	-4,3	-7,8	-10,1	-8,8	23,3	23,5	22,3	21,0	22,5	29,9	38,8	44,8
Burkina Faso	-3,3	-5,2	-7,4	-10,9	-6,9	-5,8	-4,0	-3,5	31,1	43,6	55,5	59,2	56,8	57,2	53,2	51,7
Burundi	-5,1	-6,6	-4,6	-10,7	-7,7	-4,8	-5,1	-4,8	45,1	65,9	66,5	68,5	58,1	52,0	40,3	40,9
Cabo Verde	-5,0	-9,3	-7,5	-4,3	-0,3	-1,1	-1,6	-0,9	102,2	144,3	149,5	127,6	117,5	111,2	106,0	101,0
Camarões	-3,5	-3,2	-3,0	-1,1	-0,6	-1,5	-0,8	-1,2	27,7	44,9	47,2	45,6	43,1	42,8	37,9	36,3
Chade	-0,7	1,2	-1,3	3,8	-1,3	-2,1	-1,5	-2,4	30,8	41,7	41,6	32,1	32,2	32,7	31,5	32,5
Comores	0,5	-0,5	-2,8	-3,9	-1,3	-2,9	-1,7	-1,7	18,1	24,3	26,3	28,2	28,7	32,2	30,2	32,6
Côte d'Ivoire	-2,4	-5,4	-4,9	-6,7	-5,2	-4,0	-3,0	-3,0	32,4	46,3	50,2	56,0	57,5	59,3	55,6	54,1
Eritreia ¹	-2,3	235,6
Essuatíni	-3,8	-4,2	-4,6	-5,3	-0,7	-1,3	-4,6	-4,2	19,3	37,8	37,5	39,5	39,4	39,2	42,8	43,5
Etiópia	-2,3	-2,8	-2,8	-4,2	-2,6	-2,0	-1,5	-1,7	49,2	53,7	53,8	46,9	38,7	32,7	46,7	41,1
Gabão	0,5	-2,2	-1,9	-0,9	1,8	-3,8	-5,4	-7,2	44,7	83,0	72,9	65,6	70,6	72,7	76,2	82,0
Gâmbia	-4,2	-2,4	-4,8	-5,7	-3,7	-4,1	-1,0	-0,5	70,2	85,9	83,1	83,9	80,2	80,0	74,4	70,0
Gana	-6,6	-17,4	-12,0	-11,8	-3,4	-7,3	-2,7	-1,9	50,2	79,1	86,9	92,7	79,1	70,3	59,1	56,1
Guiné	0,7	-3,1	-1,7	-1,9	-3,9	-5,0	-3,2	-3,0	37,8	45,3	40,6	37,9	40,4	48,8	42,2	38,1
Guiné-Bissau	-2,9	-9,6	-5,9	-6,1	-8,2	-7,3	-3,3	-3,4	54,9	77,6	78,8	80,7	79,4	82,2	76,2	74,0
Guiné Equatorial	-5,0	-1,8	2,7	11,7	2,4	-0,6	-1,3	-2,0	25,1	49,4	42,3	29,8	39,1	36,4	36,6	38,1
Lesoto	-3,1	1,2	-4,9	-6,4	7,3	9,0	3,0	3,8	43,7	54,7	58,0	64,4	61,5	56,8	57,1	57,1
Libéria	-3,9	-4,0	-2,5	-5,3	-7,0	-2,0	-1,7	-2,4	28,8	58,7	53,3	54,3	57,8	57,2	55,7	54,2
Madagáscar	-2,1	-4,0	-2,8	-5,5	-4,2	-2,5	-3,9	-4,0	38,1	52,9	49,4	49,9	52,7	50,3	49,7	50,9
Maláui	-3,8	-8,0	-8,3	-9,3	-7,8	-11,0	-10,6	-12,8	34,7	53,9	66,5	75,7	86,7	87,6	80,4	78,3
Mali	-2,7	-5,4	-4,9	-4,7	-3,6	-2,6	-3,4	-3,2	31,9	47,3	51,6	50,3	51,9	51,7	48,9	48,0
Maurícias	-3,3	-10,5	-4,1	-3,1	-4,5	-7,2	-2,6	-1,3	61,8	91,9	86,1	81,8	81,5	87,9	88,1	87,4
Moçambique	-4,5	-6,2	-5,2	-5,2	-4,3	-6,2	-5,3	-4,2	78,0	120,0	104,3	100,3	90,9	93,2	97,2	99,9
Namíbia	-6,1	-8,1	-8,7	-6,3	-3,1	-3,6	-5,4	-5,1	38,2	64,3	69,6	69,4	67,2	67,7	63,6	63,3
Niger	-3,7	-4,8	-6,1	-6,8	-5,4	-4,3	-3,0	-3,0	27,8	45,0	51,3	50,6	51,8	47,2	42,2	41,4
Nigéria	-2,2	-4,0	-4,0	-4,0	-3,1	-1,6	-2,9	-3,7	15,9	25,7	26,6	29,8	36,3	39,3	36,4	35,0
Quênia	-6,2	-8,1	-7,2	-6,1	-5,7	-5,8	-6,0	-5,6	46,7	68,0	68,2	67,8	73,4	67,3	68,0	70,1
República Centro-Africana	-0,9	-3,2	-5,8	-5,2	-3,4	-5,1	-2,5	0,0	44,9	42,8	46,9	49,9	55,6	60,7	57,1	52,5
República Democrática do Congo	0,1	-3,2	-1,7	-1,0	-1,7	-1,5	-2,2	-1,6	24,6	23,7	25,3	23,8	27,0	22,5	19,1	14,6
República do Congo	-2,1	-1,1	1,6	8,9	5,8	3,6	3,2	2,2	59,7	102,5	97,8	93,5	102,9	98,0	93,1	89,9
Ruanda	-2,6	-9,5	-7,0	-5,7	-5,0	-6,6	-6,3	-3,3	35,1	68,7	67,3	60,9	63,4	67,2	73,2	74,8
São Tomé e Príncipe	-5,2	2,9	-1,5	-2,2	-2,1	0,9	1,1	2,3	89,7	91,0	85,1	86,8	73,2	64,8	51,4	45,4
Seicheles	1,0	-15,7	-5,8	-0,8	-1,1	-0,7	-2,1	-2,2	65,0	77,4	71,0	60,0	55,3	57,6	56,7	58,4
Senegal ²	-5,0	-9,6	-13,7	-16,1	-14,8	-13,4	-7,9	-5,0	49,2	90,2	98,6	105,0	118,4	128,4	122,9	124,3
Serra Leoa	-3,3	-3,5	-4,3	-5,9	-5,0	-4,5	-4,4	-2,1	33,3	46,4	47,1	54,0	49,5	41,7	41,2	38,6
Sudão do Sul	-5,6	-5,5	-9,3	4,5	8,0	11,7	6,6	4,1	65,2	49,0	50,2	37,3	51,9	50,7	66,0	60,2
Tanzânia	-2,7	-2,6	-3,5	-3,9	-3,7	-3,0	-3,0	-3,0	36,6	41,3	43,4	44,9	47,8	49,9	49,6	48,3
Togo	-3,8	-7,0	-4,7	-8,3	-6,7	-7,4	-7,6	-3,0	48,9	62,2	64,9	67,0	68,6	72,1	71,9	70,6
Uganda	-3,0	-7,8	-7,8	-5,4	-4,9	-4,0	-6,7	-5,3	27,7	46,3	50,3	50,2	50,5	51,5	52,4	53,0
Zâmbia ³	-6,3	-13,8	-8,1	-7,8	-5,5	-3,3	-5,3	-3,7	53,3	140,0	111,0	99,5	129,1	114,9
Zimbabué ⁴	-2,5	-0,3	-2,2	-3,3	-3,9	-1,1	-0,7	-0,2	35,3	56,8	39,9	66,8	76,1	73,0	45,0	41,6
África Subsariana	-2,9	-5,9	-4,6	-4,1	-3,8	-3,8	-3,8	-3,6	33,7	51,9	51,9	52,6	57,3	59,1	58,5	57,3
Mediana	-3,0	-4,7	-4,7	-5,2	-3,8	-3,5	-3,0	-3,0	38,5	54,3	54,6	57,6	57,7	57,4	55,6	53,0
Excl. África do Sul e Nigéria	-3,0	-5,7	-4,5	-4,2	-3,6	-3,7	-3,4	-3,0	41,7	62,5	59,7	58,9	60,8	57,6	57,3	55,7
Países ricos em recursos naturais	-2,8	-5,8	-4,2	-3,5	-3,5	-3,5	-3,5	-3,5	31,6	49,1	48,8	49,6	55,7	58,6	55,7	54,4
Países exportadores de petróleo	-2,0	-3,6	-2,9	-2,4	-2,2	-1,2	-2,4	-3,1	23,5	38,0	35,8	36,6	44,8	47,4	45,4	44,0
Excl. a Nigéria	-1,5	-1,9	0,5	1,5	-0,2	-0,9	-1,8	-2,3	44,8	82,6	64,0	53,5	62,3	55,9	55,7	55,4
Outros países ricos em recursos naturais	-3,8	-8,3	-5,5	-4,8	-4,6	-4,8	-4,2	-3,7	42,2	61,5	61,6	63,9	65,6	65,1	61,5	60,6
Excl. a África do Sul	-3,4	-7,0	-5,5	-5,4	-3,7	-3,9	-2,7	-2,1	38,6	54,3	54,0	57,2	58,7	55,4	48,5	45,6
Países pobres em recursos naturais	-3,7	-6,2	-5,9	-6,2	-4,9	-4,7	-4,6	-4,0	43,7	61,5	62,8	63,1	61,7	60,1	65,6	64,4
Países de rendimento médio	-3,1	-6,6	-4,8	-4,2	-4,0	-4,2	-4,2	-4,1	32,6	52,8	52,9	53,4	60,5	64,5	62,8	62,2
Países de baixo rendimento	-2,5	-3,7	-3,9	-4,0	-3,5	-3,1	-2,9	-2,5	38,6	49,2	48,8	50,3	49,6	47,5	49,0	46,8
Países frágeis e afetados por conflitos	-2,2	-3,6	-3,6	-3,5	-2,8	-1,9	-2,0	-2,2	23,1	34,8	35,4	38,0	42,4	43,1	42,6	40,1
Zona do franco CFA	-2,8	-4,5	-4,7	-4,2	-3,9	-4,0	-3,1	-2,9	34,8	55,3	58,2	58,7	61,4	62,2	58,8	58,0
UEMAC	-2,4	-1,9	-1,4	2,4	0,7	-1,4	-1,3	-1,9	35,2	57,9	56,5	51,1	53,2	52,5	49,6	49,4
UEMOA	-3,1	-6,0	-6,7	-8,4	-6,7	-5,6	-4,1	-3,4	35,1	53,7	59,3	63,4	66,2	62,8	63,8	62,6
COMESA (membros da África Subsariana)	-3,4	-5,6	-4,7	-4,7	-3,9	-3,4	-3,6	-3,1	42,0	58,3	55,8	56,3	57,0	53,1	53,8	51,5
CAO-5	-4,4	-6,5	-6,2	-5,4	-4,9	-4,6	-5,3	-4,7	39,4	56,3	57,7	57,4	60,2	58,8	59,2	59,5
CEDEAO	-2,6	-5,5	-5,2	-5,4	-4,1	-4,0	-3,3	-3,3	21,9	36,3	39,4	42,1	48,7	55,1	50,8	48,7
SACU	-4,0	-9,5	-5,5	-4,1	-5,3	-5,7	-6,1	-5,7	43,6	66,5	66,6	68,1	70,3	73,2	74,8	77,0
SADC	-3,1	-6,9	-3,9	-3,3	-4,3	-4,1	-4,4	-4,0	44,1	68,5	62,6	62,9	68,3	66,4	66,0	66,1

Ver fontes na página 13.

Quadro AS3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos

	Moeda em sentido lato								Conta corrente externa, incl. donativos							
	(em % do PIB)								(em % do PIB)							
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
África do Sul	66,4	74,0	70,1	70,7	72,3	73,9	73,9	73,9	-3,5	2,0	3,7	-0,3	-1,1	-0,7	-0,9	-1,2
Angola	30,7	33,0	21,6	17,3	20,3	16,4	16,4	16,4	2,7	1,3	10,0	8,3	3,7	5,4	0,9	0,5
Benim	28,0	30,5	32,7	33,4	30,2	28,1	28,1	28,1	-4,8	-1,7	-4,2	-5,7	-8,2	-6,6	-5,5	-5,0
Botsuana	44,7	52,5	45,3	40,1	41,7	43,9	46,1	46,2	2,0	-9,8	-1,8	-0,6	1,5	-4,2	-7,6	-5,9
Burkina Faso	32,4	43,9	48,4	46,7	43,1	40,2	39,0	37,7	-5,1	4,2	0,4	-7,5	-5,1	-5,7	-1,6	-1,3
Burundi	28,1	46,2	49,7	56,6	48,6	48,0	44,4	43,2	-14,4	-11,2	-12,6	-16,8	-14,8	-8,6	-6,7	-5,8
Cabo Verde	85,5	116,9	111,3	95,6	93,9	92,6	92,0	90,9	-6,3	-15,4	-12,1	-3,5	-2,7	3,8	-0,9	-2,3
Camarões	21,7	26,6	29,3	29,7	28,3	28,1	27,9	27,8	-3,3	-3,7	-4,0	-3,4	-4,1	-3,1	-3,4	-3,9
Chade	10,8	15,1	16,2	17,1	19,5	21,4	23,0	24,0	-3,2	-2,5	-0,5	6,3	1,6	1,0	-2,3	-2,9
Comores	25,1	31,2	37,1	37,1	38,2	37,0	36,6	36,4	-3,1	-1,8	-0,3	-0,4	-1,5	-2,2	-2,2	-3,2
Côte d'Ivoire	27,4	36,0	38,4	38,2	36,1	37,5	39,2	39,5	-0,3	-3,1	-3,9	-7,6	-8,2	-4,2	-2,1	-1,7
Eritreia ¹	207,6	14,9
Essuatíni	27,2	31,2	30,1	28,4	27,6	27,0	26,1	25,4	6,1	6,8	2,7	-2,7	2,4	1,3	-1,7	-1,4
Etiópia	29,2	30,8	31,1	27,9	24,9	21,1	20,6	20,5	-7,1	-4,6	-3,2	-4,3	-2,9	-4,2	-2,9	-2,6
Gabão	23,7	27,9	24,1	23,5	27,0	25,5	25,5	25,5	5,2	-0,5	3,5	10,9	8,0	4,0	1,8	-0,3
Gâmbia	38,6	56,0	59,2	55,3	51,9	49,2	46,1	44,4	-7,6	-5,8	-4,2	-4,2	-5,6	-6,7	-4,9	-4,6
Gana	24,1	30,8	29,4	29,3	28,2	28,0	28,4	28,4	-5,6	-2,5	-2,7	-2,3	-1,6	1,1	1,8	1,7
Guiné	24,2	27,8	25,5	29,1	26,3	32,6	32,3	31,5	-16,3	-16,1	4,1	-5,7	-9,7	-14,0	-9,7	-2,3
Guiné-Bissau	38,5	45,6	50,6	46,6	40,6	39,6	38,6	37,7	-2,4	-2,6	-0,8	-8,6	-8,6	-8,2	-6,0	-5,3
Guiné Equatorial	13,2	17,5	14,8	14,1	19,2	19,1	19,3	19,6	-8,2	-0,8	5,7	6,6	-3,5	-3,3	-3,0	-3,8
Lesoto	35,6	41,1	38,8	39,6	42,5	43,6	42,4	41,4	-9,5	-5,7	-9,1	-14,0	-0,8	2,3	-3,9	-2,5
Libéria	20,2	25,5	24,6	25,0	26,8	28,0	28,2	28,3	-20,1	-16,3	-17,6	-19,6	-25,2	-10,9	-13,1	-11,8
Madagáscar	23,4	28,7	29,0	28,9	28,0	28,6	29,1	28,8	-2,7	-5,4	-4,9	-5,4	-4,1	-5,4	-6,0	-6,5
Maláui	17,2	17,5	20,1	23,6	23,8	26,3	26,9	32,7	-10,2	-13,8	-15,2	-17,6	-17,3	-21,9	-18,3	-16,4
Mali	26,9	31,6	40,4	39,8	36,9	34,9	32,2	32,2	-5,2	-2,2	-7,6	-7,7	-7,6	-4,6	-4,6	-2,6
Maurícias	104,3	156,7	159,9	141,3	135,5	139,9	140,0	142,1	-5,8	-8,9	-13,1	-11,1	-5,1	-6,5	-4,8	-5,7
Moçambique	44,7	59,0	56,2	53,6	50,1	53,3	54,3	53,6	-30,3	-26,5	-21,3	-36,4	-10,9	-11,0	-39,9	-36,6
Namíbia	58,3	71,5	70,9	63,2	62,8	64,4	64,5	64,1	-8,1	3,0	-11,2	-12,8	-15,3	-15,4	-14,7	-12,1
Níger	17,5	19,2	20,1	19,4	18,1	16,4	16,9	17,5	-12,6	-13,2	-14,1	-16,2	-13,9	-6,0	-3,3	-5,2
Nigéria	17,3	18,2	18,3	19,0	25,2	31,9	30,8	29,7	0,8	-2,7	-0,5	0,2	1,3	6,8	5,7	3,6
Quênia ²	36,8	37,2	35,2	33,6	36,6	33,8	34,1	34,1	-6,0	-3,7	-5,1	-5,1	-3,6	-2,3	-2,8	-3,4
República Centro-Africana	22,8	29,2	32,2	31,2	31,8	34,7	34,2	33,8	-6,7	-7,9	-10,8	-12,6	-8,8	-9,1	-7,1	-4,1
República Democrática do Congo	11,5	19,0	21,7	19,5	22,0	22,1	22,1	22,1	-4,4	-2,0	-1,0	-4,9	-6,2	-3,9	-3,3	-2,1
República do Congo	26,6	32,7	30,8	27,5	31,9	35,7	39,1	42,2	-2,4	12,6	12,8	17,0	4,7	0,1	-5,9	-7,0
Ruanda	22,4	29,0	29,8	29,2	29,6	31,5	30,9	29,4	-10,5	-12,1	-10,9	-9,4	-11,5	-12,7	-13,8	-15,9
São Tomé e Príncipe	41,1	32,5	29,5	28,2	23,9	20,2	18,9	18,9	-17,3	-11,2	-13,1	-14,5	-12,3	-1,9	-3,3	-3,6
Seicheles	64,4	101,6	93,4	82,0	81,5	84,8	92,0	93,9	-10,9	-12,5	-10,5	-7,5	-6,5	-8,1	-6,6	-6,9
Senegal	34,6	45,3	48,2	51,9	52,8	49,8	54,0	59,2	-7,2	-10,9	-12,1	-20,0	-19,8	-12,5	-8,0	-5,4
Serra Leoa	14,5	17,9	19,2	20,4	19,8	18,2	18,5	18,5	-14,2	-5,8	-7,3	-6,4	-9,5	-3,8	-3,4	-2,0
Sudão do Sul	25,7	17,8	17,6	15,3	14,6	26,8	18,7	15,1	-1,4	-31,7	-0,1	-7,9	-18,4	-13,9	-3,8	4,4
Tanzânia	22,2	21,7	22,0	22,7	23,8	24,8	25,7	25,9	-7,1	-2,3	-3,5	-7,4	-3,8	-2,6	-2,6	-2,7
Togo	37,2	46,6	48,1	50,4	49,4	49,9	49,9	49,9	-4,9	-0,3	-2,2	-3,5	-4,0	-3,2	-1,8	-0,6
Uganda	17,4	22,5	21,7	20,6	20,5	20,0	19,9	20,0	-5,6	-9,5	-8,4	-8,6	-7,6	-7,5	-5,0	-3,7
Zâmbia	21,7	31,2	24,3	27,1	29,9	29,8	30,1	30,3	0,3	11,8	11,9	3,7	-3,0	-2,6	1,3	2,7
Zimbábue ³	16,7	9,9	10,2	12,6	11,2	9,6	7,7	8,2	-5,6	1,7	0,7	0,6	0,3	1,0	3,1	3,6
África Subsariana	31,8	34,2	33,2	32,7	34,7	36,3	35,8	35,4	-2,3	-2,4	-0,7	-2,0	-2,4	-1,5	-1,7	-1,8
Mediana	26,5	31,2	30,4	29,3	29,7	31,7	30,8	30,9	-5,3	-3,7	-4,0	-5,7	-5,1	-4,2	-3,4	-3,3
Excl. África do Sul e Nigéria	28,4	32,2	31,0	29,8	29,9	29,0	29,2	29,3	-4,2	-3,7	-2,6	-3,8	-4,3	-3,4	-3,5	-3,1
Países ricos em recursos naturais	31,6	33,2	31,8	31,7	34,6	37,1	36,5	35,8	-1,5	-1,3	0,9	-0,2	-1,0	0,3	-0,1	-0,3
Países exportadores de petróleo	19,3	20,8	19,6	19,5	24,6	29,2	28,4	27,7	0,7	-2,3	0,8	1,9	1,3	4,4	2,5	1,3
Excl. a Nigéria	25,5	28,9	23,1	20,8	22,9	21,3	21,5	21,7	0,5	-0,9	4,9	6,3	1,3	1,9	-1,0	-1,7
Outros países ricos em recursos naturais	47,0	48,7	46,6	46,4	46,6	46,8	46,3	45,9	-4,4	-0,1	0,9	-2,5	-3,0	-2,1	-1,5	-1,2
Excl. a África do Sul	25,2	27,4	27,3	27,1	26,9	27,0	27,0	26,9	-5,6	-2,2	-2,1	-4,6	-4,7	-3,4	-2,1	-1,2
Países pobres em recursos naturais	32,6	37,5	37,6	36,1	35,2	33,8	34,1	34,3	-6,7	-6,1	-6,3	-8,3	-6,4	-5,6	-5,8	-5,3
Países de rendimento médio	33,8	36,8	35,2	34,9	38,0	40,4	40,0	39,6	-1,2	-1,4	0,4	-0,4	-1,1	0,3	-0,2	-0,6
Países de baixo rendimento	24,2	26,6	27,3	26,5	25,5	25,0	24,7	24,6	-7,6	-5,5	-4,4	-6,9	-5,6	-5,2	-5,2	-4,3
Países frágeis e afetados por conflitos	19,9	21,7	22,3	22,3	25,6	29,3	28,3	27,6	-1,3	-3,1	-1,5	-1,8	-1,4	-0,0	-0,6	-1,0
Zona do franco CFA	25,1	32,3	34,3	34,3	33,7	33,4	34,3	35,0	-3,3	-2,8	-3,3	-4,4	-6,3	-4,2	-3,3	-3,1
CEMAC	19,6	24,9	25,2	25,0	26,3	26,8	27,4	27,9	-2,3	-0,8	0,8	4,3	-0,1	-1,1	-2,7	-3,5
UEMOA	28,9	36,4	39,8	39,9	38,0	37,2	38,0	38,7	-4,2	-4,0	-5,8	-9,9	-9,9	-6,0	-3,7	-2,9
COMESA (membros da África Subsariana)	29,5	31,6	30,9	29,3	29,3	27,7	27,4	27,4	-5,3	-3,7	-3,6	-4,8	-4,4	-4,2	-3,3	-3,0
CAO-5	27,9	29,2	28,5	27,9	29,3	28,5	28,7	28,6	-6,6	-4,8	-5,6	-6,8	-5,1	-4,1	-3,8	-3,9
CEDEAO	20,0	23,1	23,9	24,5	28,2	32,7	32,1	31,5	-0,8	-3,2	-1,9	-2,2	-2,3	0,1	0,8	0,5
SACU	64,6	72,3	68,3	68,3	69,7	71,3	71,4	71,3	-3,4	1,5	3,0	-0,8	-1,3	-1,2	-1,6	-1,8
SADC	48,0	51,5	47,2	46,1	47,1	47,0	46,8	46,6	-3,2	-0,1	1,8	-1,2	-1,9	-1,3	-2,6	-2,6

Ver fontes na página 13.

Quadro AS4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas

	Dívida externa, dívida oficial, por devedor								Reservas							
	(em % do PIB)								(em meses de importações de bens e serviços)							
	2011–19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2011–19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
África do Sul	15,0	23,4	18,6	18,7	19,6	20,1	20,1	20,6	5,8	6,3	5,4	5,9	6,3	6,2	6,7	6,4
Angola	29,7	78,3	61,4	37,3	44,8	41,7	42,3	48,4	9,3	9,5	6,5	7,4	7,8	7,7	7,1	6,2
Benim ¹	15,5	30,3	35,2	37,8	39,1	39,0	44,3	41,6	3,5
Botsuana	15,9	12,5	10,6	9,4	10,5	9,8	16,6	18,2	11,4	6,4	6,5	7,1	7,0	5,1	4,2	3,3
Burkina Faso ¹	21,0	23,0	24,5	26,4	26,4	24,7	22,5	21,0
Burundi	19,5	17,4	19,9	17,4	18,9	15,9	10,5	8,2	2,5	1,0	2,3	1,5	1,1	1,5	1,0	2,2
Cabo Verde	78,8	128,8	119,6	106,2	97,0	87,2	87,3	82,8	5,7	7,1	6,4	5,6	6,0	5,9	5,8	5,6
Camarões ²	18,5	32,5	30,5	31,0	28,5	27,0	25,9	24,8
Chade ²	18,7	22,6	20,5	17,8	16,8	16,6	17,1	18,7
Comores	17,1	23,5	25,4	27,4	28,2	30,4	30,5	31,8	7,1	7,9	8,6	6,7	7,3	7,3	8,4	9,6
Côte d'Ivoire ¹	19,6	33,8	30,6	35,6	36,8	37,1	35,4	33,7
Eritreia ³	62,2	2,7
Essuatíni	8,8	14,5	15,0	18,5	19,4	18,0	21,1	23,7	3,7	3,1	3,1	2,3	2,2	2,3	2,4	2,5
Etiópia	25,4	28,8	29,1	23,9	18,1	22,3	31,3	28,1	2,0	2,0	1,5	0,8	0,5	0,6	1,7	2,0
Gabão ²	29,8	48,9	37,5	35,6	36,1	32,2	31,3	29,1
Gâmbia	37,5	49,4	47,2	48,2	49,9	49,6	46,7	43,1	3,6	5,8	7,7	4,0	3,7	4,2	4,2	4,2
Gana	29,9	42,0	41,8	41,7	39,0	35,3	27,5	27,6	3,0	3,7	4,0	1,2	2,0	3,1	3,9	4,1
Guiné	23,2	27,3	24,7	21,9	21,1	19,6	18,5	18,6	2,2	2,3	2,9	3,2	2,3	1,4	1,4	1,9
Guiné-Bissau ¹	29,9	43,7	38,4	39,2	35,6	33,6	30,7	28,7
Guiné Equatorial ²	8,2	12,2	9,7	7,5	8,6	6,8	5,1	5,0
Lesoto	35,4	47,5	42,8	45,0	46,2	45,6	45,7	45,8	4,8	4,1	5,0	4,2	4,9	5,6	6,4	7,1
Libéria	18,4	41,1	37,2	35,4	36,1	36,7	37,1	37,3	2,1	2,2	3,8	2,9	2,5	2,1	2,6	2,9
Madagáscar	23,4	36,0	33,6	33,1	36,6	35,4	36,7	38,3	3,4	4,8	4,5	4,6	5,6	5,6	5,8	5,6
Maláui	18,6	30,9	37,4	32,0	31,7	37,2	30,5	26,2	2,4	0,7	0,2	0,4	0,6	0,4	0,3	0,3
Mali ¹	22,8	31,8	27,7	26,4	26,6	23,5	21,7	19,8
Maurícias	13,3	20,2	23,2	19,4	18,2	17,7	17,3	16,0	8,4	14,4	12,8	11,7	10,3	11,8	13,0	13,4
Moçambique	63,1	90,2	82,9	72,1	66,2	61,1	62,6	61,7	3,4	4,6	2,6	3,1	4,0	2,5	2,3	2,2
Namíbia	12,2	18,8	13,8	16,6	16,7	14,9	9,4	7,0	3,4	4,0	4,5	4,0	3,7	4,4	3,1	3,3
Níger ¹	18,4	33,0	31,5	32,9	31,9	25,6	23,8	23,0
Nigéria	2,7	6,4	7,1	7,1	9,7	18,3	17,2	15,8	6,1	6,5	6,3	6,7	6,9	8,8	8,1	7,9
Quênia	23,0	33,6	33,5	32,6	37,2	35,9	33,0	32,7	4,5	4,1	4,1	3,7	3,2	4,1	4,3	4,0
República Centro-Africana ²	27,7	35,9	32,6	32,3	31,6	30,9	31,1	28,1
República Democrática do Congo	17,7	14,8	16,4	14,9	16,2	14,4	15,5	16,7	1,0	0,4	1,4	1,7	1,6	2,1	2,4	2,7
República do Congo ²	42,2	63,6	53,2	43,3	39,7	36,3	32,5	29,4
Ruanda	28,0	54,8	53,4	46,5	51,4	60,1	65,8	69,4	3,9	5,3	4,6	3,6	3,4	3,9	3,7	3,5
São Tomé e Príncipe	55,7	46,1	41,6	40,7	35,4	33,3	29,2	25,6	3,7	4,3	3,5	2,9	2,1	2,0	3,1	3,1
Seicheles	34,4	35,3	38,3	28,6	27,0	29,8	32,0	34,0	3,5	3,7	3,7	3,1	3,4	3,8	4,2	4,2
Senegal ¹	32,9	48,9	45,9	47,0	44,2	42,6	39,2	37,2
Serra Leoa	20,6	29,3	27,9	27,4	31,6	25,4	23,2	22,7	3,3	4,5	5,5	3,3	2,7	2,3	2,4	2,8
Sudão do Sul	60,4	40,0	40,7	33,4	41,9	61,2	65,5	56,7	1,7	0,5	0,6	0,2	0,4	0,8	2,3	4,4
Tanzânia	26,0	29,4	29,6	29,2	30,2	33,3	32,5	30,9	4,9	5,4	3,7	3,9	3,8	3,7	3,9	3,9
Togo ¹	13,4	29,5	26,0	25,9	26,5	29,5	31,6	30,3
Uganda	16,6	30,0	29,4	26,9	26,9	26,2	24,0	22,5	4,6	4,3	4,7	3,1	2,8	2,5	2,7	3,1
Zâmbia ⁴	28,6	78,9	66,6	53,2	57,9	61,6	2,7	1,3	2,8	3,0	2,5	3,1	3,1	2,8
Zimbábue ⁵	22,1	17,9	13,6	14,6	15,9	14,3	13,2	12,8	0,5	0,1	1,1	0,7	0,1	0,5	0,8	1,2
África Subsariana	15,0	24,4	23,0	21,9	24,1	27,0	26,5	25,9	5,3	5,2	4,8	4,8	4,5	4,5	4,9	4,8
Mediana	22,2	32,1	31,1	31,5	31,6	30,6	30,5	28,1	3,6	4,2	4,1	3,3	3,3	3,4	3,4	3,4
Excl. África do Sul e Nigéria	24,2	36,4	34,0	31,1	31,3	30,9	30,5	29,8	4,5	4,0	3,8	3,4	3,0	3,2	3,6	3,6
Países ricos em recursos naturais	13,1	21,3	19,7	18,6	21,3	24,3	23,3	23,0	5,6	5,5	5,1	5,4	5,3	5,4	5,4	5,3
Países exportadores de petróleo	8,9	16,4	16,1	14,7	18,2	25,9	24,7	24,0	6,3	6,3	5,8	6,5	6,5	7,2	6,9	6,7
Excl. a Nigéria	26,4	52,9	44,1	33,4	36,1	33,7	33,2	34,5	6,8	5,7	4,5	6,0	5,8	5,6	5,6	5,1
Outros países ricos em recursos naturais	18,5	26,7	23,3	23,0	24,0	23,4	22,5	22,4	4,7	4,6	4,3	4,2	4,3	4,3	4,6	4,5
Excl. a África do Sul	23,3	30,0	28,2	27,3	28,0	26,4	24,5	23,8	3,2	3,0	3,2	2,5	2,4	2,6	2,8	3,0
Países pobres em recursos naturais	24,1	35,2	34,7	33,0	31,8	33,3	34,6	33,0	3,9	4,2	4,0	2,7	2,3	2,6	3,4	3,5
Países de rendimento médio	13,1	22,9	21,4	20,5	23,6	27,4	26,2	25,7	5,9	6,0	5,5	5,7	5,6	5,8	6,0	5,8
Países de baixo rendimento	23,8	29,3	28,3	26,2	25,3	26,1	27,3	26,2	2,7	2,7	2,6	2,1	1,9	2,0	2,4	2,6
Países frágeis e afetados por conflitos	9,2	14,7	14,9	14,2	16,3	21,7	22,3	20,9	5,0	5,0	4,8	4,9	4,4	4,4	4,7	4,9
Zona do franco CFA	21,7	34,6	31,7	32,4	32,2	30,8	29,7	28,3	4,6	4,7	4,4	4,2	3,8	4,4	4,7	4,7
CEMAC	22,4	35,3	30,7	28,4	27,2	25,3	24,2	23,2	4,3	3,5	3,4	4,4	4,3	4,2	4,6	4,5
UEMOA	21,4	34,2	32,3	35,0	35,1	34,0	32,8	31,0	4,9	5,4	5,0	4,1	3,5	4,6	4,7	4,8
COMESA (membros da África Subsariana)	21,9	30,0	29,2	26,7	26,4	27,4	28,4	27,3	3,1	2,8	2,9	2,4	2,0	2,5	3,1	3,2
CAO-5	22,8	32,5	32,4	31,0	33,5	34,1	32,0	31,0	4,6	4,6	4,1	3,6	3,3	3,6	3,7	3,7
CEDEAO	8,1	15,5	16,2	16,1	19,9	27,1	25,1	23,7	5,5	5,8	5,7	5,3	5,0	5,1	5,1	5,3
SACU	14,9	22,9	18,2	18,4	19,2	19,6	19,8	20,2	5,9	6,2	5,4	5,8	6,2	6,0	6,5	6,2
SADC	20,0	31,5	26,6	24,7	26,4	26,0	25,9	26,4	5,7	5,5	4,7	5,2	5,3	5,2	5,4	5,1

Ver fontes na página 13.

